

RELATÓRIO ATIVIDADES E CONTAS 2025



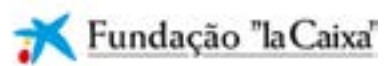
PELA DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA



ÍNDICE

Quatro Décadas de Compromisso: Pela Proteção e pelos Direitos da Criança	5
Mensagem do Presidente da Direção	7
Balanço	8
Estrutura Organizacional	10
Missão, Visão e Valores	10
Órgãos Sociais	11
Conselho Consultivo	11
Áreas de Intervenção	12
Eixos Estratégicos	13
Ações Desenvolvidas	14
Equipa IAC	16
Grupo-alvo	17
Prevenção	18
Intervenção	26
Participação	37
Conhecimento	41
Cooperação	46
Projetos Financiados	53
Relatório e Contas 2025	59
Atas	77

Entidades Financiadoras



QUATRO DÉCADAS DE COMPROMISSO: Pela Proteção e pelos Direitos da Criança

O Instituto de Apoio à Criança (IAC), fundado em 1983 por iniciativa da Dra. Manuela Ramalho Eanes, e fiel ao legado inspirador do Dr. João dos Santos, reafirma o seu desígnio maior: contribuir para o **Desenvolvimento Integral da Criança, na defesa e promoção dos seus Direitos**.

Ao longo de mais de quatro décadas, fomos pioneiros em serviços essenciais – da Linha SOS Criança (116 111) aos projetos de intervenção comunitária inovadores. Essa herança de inovação e intervenção reflete-se no nosso Plano de Atividades de 2026, que se foca nos eixos de **Prevenção, Intervenção, Participação, Conhecimento e Cooperação**.

O foco estratégico deste ano é na proteção dos mais vulneráveis e na influência política e social para garantir que a infância se mantém no centro da Agenda Nacional. Através dos nossos projetos – do Consultório Social às Escolas de Segunda Oportunidade – e da parceria de toda a comunidade, prosseguimos com o objetivo de tornar o mundo mais justo e digno para todas as crianças e jovens.

O IAC em colaboração com o Estado acredita que a política da infância é uma obra de toda a comunidade. Juntos, faremos de 2026 um ano de intervenção mais forte e de maior impacto no desígnio de **Cuidar e Proteger, prevenindo todas as formas de violência sobre a Criança**.





Estimados Associados

Com elevado sentido de responsabilidade e compromisso, a Direção apresenta para apreciação da Assembleia Geral o Relatório de Atividades e Contas do Instituto de Apoio à Criança, referente ao ano de 2025.

O Relatório de Atividades aqui apresentado surge num contexto social que exige respostas firmes, sólidas e articuladas.

O Instituto de Apoio à Criança mantém, ao longo do seu percurso, o foco na defesa e promoção dos Direitos das Crianças desenvolvendo imensas propostas e intervenções que promovem, em cada momento, respostas às necessidades reais das crianças e jovens e de suas famílias.

Os resultados aqui apresentados refletem o empenho, a competência e a dedicação das equipas, serviços, dos colaboradores e de todos os parceiros institucionais que diariamente contribuem para a missão do Instituto de Apoio à Criança.

A todos, uma palavra de profundo reconhecimento e agradecimento.

A este esforço coletivo que continuamos a afirmar, juntamos o compromisso de contribuir para uma sociedade onde todas as crianças possam crescer com dignidade, segurança e oportunidade.

Manuel Ataíde Coutinho
PRESIDENTE DA DIREÇÃO

Balanço

O Instituto de Apoio à Criança desenvolveu, ao longo de 2025, a sua intervenção estruturada nos eixos estratégicos de Prevenção, Intervenção, Participação, Conhecimento e Cooperação,...

O ano de 2025 foi marcado pela continuidade e consolidação da intervenção do Instituto de Apoio à Criança, num contexto social que continua a colocar desafios significativos à proteção e ao bem-estar de muitas crianças, jovens e famílias em Portugal.

De acordo com os dados mais recentes do Instituto Nacional de Estatística, cerca de 1,66 milhões de pessoas permanecem em situação de vulnerabilidade económica, incluindo aproximadamente 300 mil crianças. A taxa de risco de

pobreza infantil mantém-se superior à média nacional, situando-se em torno dos 17%, o que demonstra que uma parte significativa das crianças enfrenta condições que limitam o seu desenvolvimento pleno.

Para além das dimensões económicas, persistem fragilidades associadas à saúde mental, à exposição à violência, à negligência e aos conflitos familiares, fatores que comprometem o bem-estar emocional, a segurança e o percurso educativo das crianças e jovens.



Recursos em saúde



Compromisso



Infância digna



Respostas de combate à pobreza



Neste contexto, o Instituto de Apoio à Criança desenvolveu, ao longo de 2025, a sua intervenção estruturada nos eixos estratégicos de Prevenção, Intervenção, Participação, Conhecimento e Cooperação, que enquadram a organização do presente relatório e refletem as áreas prioritárias de atuação da instituição.

A ação do IAC procurou responder às situações de risco identificadas, ao mesmo tempo que reforçou estratégias de prevenção, apoio especializado e capacitação dirigidas a crianças, jovens, famílias, profissionais e comunidade.

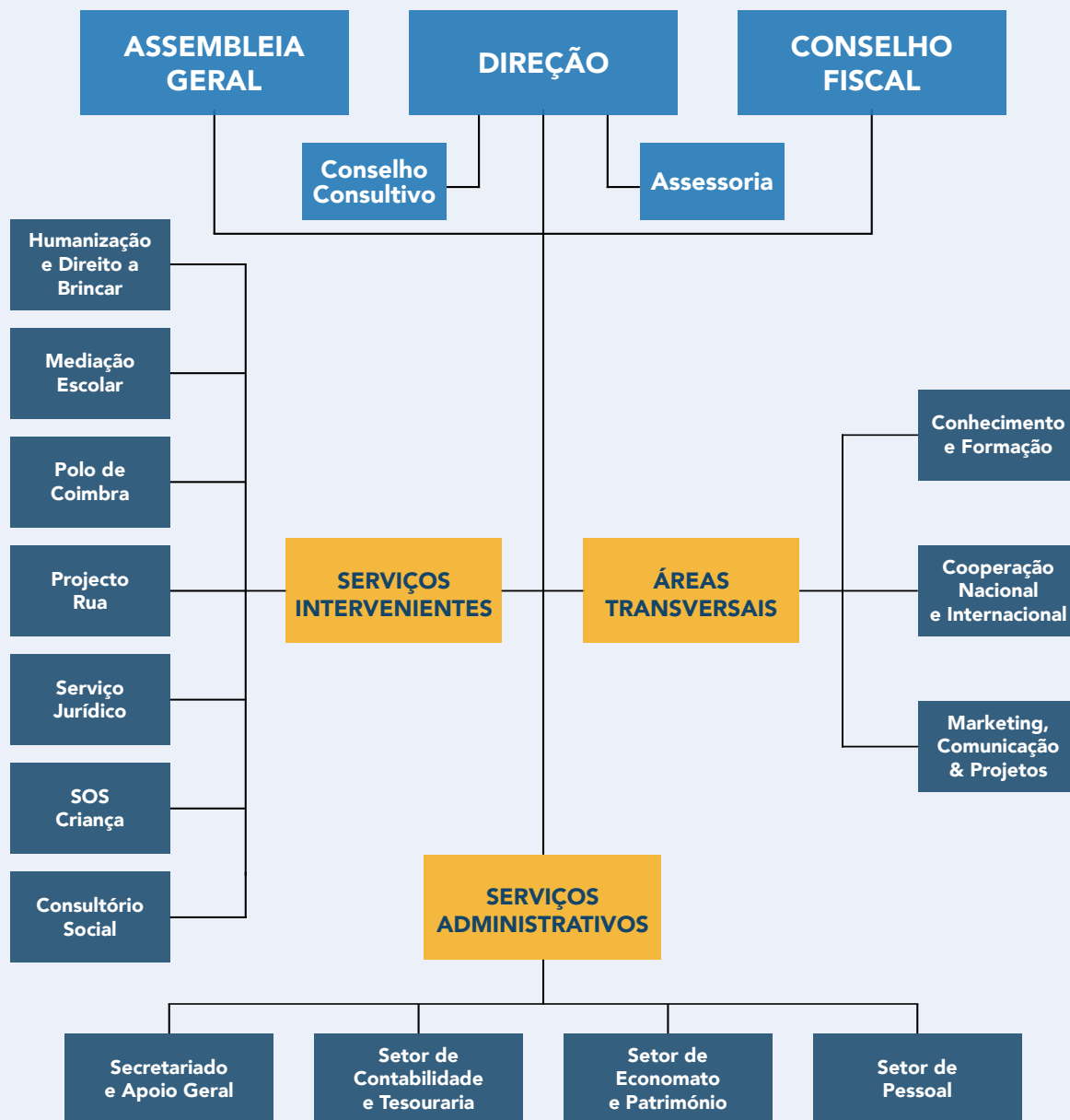
Neste sentido, o Instituto de Apoio à Criança assumiu como linha orientadora do seu triénio estratégico 2025-2027 o lema “Cuidar e Proteger: Prevenção da

Violência sobre as Crianças”, reforçando a convicção de que proteger a criança implica atuar antes do dano, fortalecer vínculos seguros e apoiar as famílias na construção de práticas educativas positivas.

O balanço de 2025 confirma que, apesar de alguns indicadores macroeconómicos positivos, persistem desafios estruturais que exigem respostas articuladas e sustentadas. O IAC reafirma, assim, o seu compromisso com a defesa e promoção dos Direitos da Criança, assumindo que cuidar é proteger e que proteger é prevenir.



Estrutura Organizacional



MISSÃO

O Instituto de Apoio à Criança pretende contribuir para o Desenvolvimento Integral da Criança na Defesa e Promoção dos seus Direitos.

VISÃO

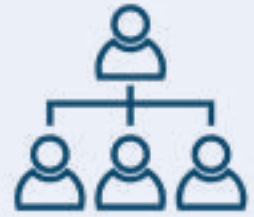
O Instituto de Apoio à Criança visa que todas as Crianças tenham os seus Direitos garantidos.

VALORES

O Instituto de Apoio à Criança norteia a sua ação pela ética, transparência, competência, rigor, compromisso, confidencialidade e respeito pelos Direitos da Criança.

Órgãos Sociais

Quadriénio 2025/2028



ASSEMBLEIA GERAL

Presidente | Maria Dulce Plancha dos Santos Ferreira da Rocha
 Vice-Presidente | Maria Clara Cabral Castilho
 Secretário | João Luís Serrenho Frazão Couvaneiro

DIREÇÃO

Presidente | Manuel José Ataíde Ferreira Coutinho
 Vice-Presidente | Matilde de Jesus de Castro Esteves Sirgado
 Secretário-geral | Vasco Manuel Correia Alves
 Tesoureiro | Nuno Beirante Domingues
 Vogal | Maria Fernanda Amador da Silva Salvaterra

CONSELHO FISCAL

Presidente | Leonor Pestana de Bragança
 Secretária | Paula Cristina Correia Duarte
 Relatora | Mara Lisa Marques Chora



Conselho Consultivo

Ana Jorge
 Ana Nunes de Almeida
 Armando Leandro
 Carlos Neto
 Cinelândia Cogumbreiro
 Clara Sottomayor
 Daniel Sampaio

Emílio Salgueiro
 Guilherme D'Oliveira Martins
 Hermano Carmo
 José Ornelas
 Leonor Beleza
 Luís Vaz das Neves
 Manuel Sarmento

Maria de Belém Roseira
 Maria José Lobo-Fernandes
 Marta Santos Pais
 Rui Pereira
 Sérgio Niza
 Teresa Féria



Áreas de Intervenção

As intervenções setoriais do IAC serão desenvolvidas em articulação, garantindo que a **prevenção da violência e a promoção da Parentalidade Consciente** são eixos transversais em todas as áreas.

Saúde

- **Prevenção Primária:** Disponibilizar **apoio especializado e gratuito no âmbito da saúde mental** da criança e da família, visando mitigar o stress parental e os fatores de risco que potenciam a violência.
- **Direito e Acesso:** Contribuir para que os Direitos da Criança nos serviços de saúde sejam plenamente respeitados, assegurando o **acesso prioritário** a cuidados preventivos e de intervenção precoce.
- **Advocacy:** Contribuir para o cumprimento efetivo do Direito à Saúde, nomeadamente no acesso atempado aos serviços de saúde essenciais à **proteção e recuperação** da criança.

Educação

- **Cultura de Proteção:** Promover os Direitos da Criança em contexto escolar, capacitando a comunidade educativa para **identificar e intervir em sinais de violência ou negligência** e fomentando uma cultura de respeito e empatia.
- **Respostas Alternativas:** Implementar e desenvolver **respostas alternativas ao contexto escolar** para crianças e jovens em risco, garantindo um espaço seguro e de desenvolvimento quando o contexto regular falha na proteção.
- **Intervenção Comunitária:** Intervir em contexto comunitário e escolar para a **prevenção do abandono e do insucesso escolar** (fatores de vulnerabilidade), colaborando com a Escola para dar resposta às necessidades das crianças.

Social

- **Apoio Especializado:** Disponibilizar **apoio social especializado e gratuito** no âmbito da proteção das crianças, jovens e suas famílias, com especial foco na **capacitação parental** para a prevenção da violência.
- **Proximidade:** Intervir de forma **holística, próxima e sistemática** junto de crianças, jovens e famílias em situação de vulnerabilidade e residentes em territórios de intervenção prioritária, atuando como um fator de **resiliência e proteção**.
- **Risco Extremo:** Intervir em contexto de rua junto de crianças e jovens em fuga ou em situação de risco extremo, assegurando a **primeira linha de proteção** e a articulação com as forças de segurança e serviços judiciais.

Justiça

- **Apoio Jurídico:** Disponibilizar **apoio jurídico especializado e gratuito** no âmbito do Direito da Criança e da família, essencial para a defesa dos seus direitos nos processos de proteção e promoção.
- **Capacitação:** Disponibilizar **informação especializada** em matéria de Direito da Criança e da família, capacitando famílias e técnicos para uma melhor compreensão dos mecanismos de proteção.
- **Colaboração na Proteção:** Colaborar ativamente nos **Acordos de Promoção e Proteção** e nas **Medidas Tutelares Educativas** (em meio natural de vida), assegurando que a voz e o superior interesse da criança são prioritários na decisão judicial.
- **Advocacy Judicial:** Contribuir ativamente para a criação de mecanismos que potenciem uma **justiça mais amiga da criança**, reduzindo a sua revitimização no sistema.

Eixos Estratégicos

Prevenção

Transformar a sociedade civil num agente ativo de proteção e prevenção, aumentando a consciencialização pública sobre os Direitos da Criança e os efeitos nefastos da violência. Através da sensibilização e da formação, este eixo visa melhorar a capacidade de deteção, sinalização e intervenção da comunidade, promovendo atitudes e modelos de Parentalidade Consciente como norma social.

Intervenção

Implementar, dinamizar e sustentar respostas sociais e especializadas que promovam e defendam ativamente os Direitos da Criança, prevenindo a violência e a negligência através do fortalecimento das famílias, da intervenção em contextos de alta vulnerabilidade e da garantia de apoio imediato e qualificado.

Participação

Garantir o direito fundamental à participação das crianças e jovens em todas as decisões e matérias que lhes dizem respeito, na perspetiva de “Dar Voz à Criança”. Este eixo visa capacitar as crianças e jovens como agentes de mudança e de proteção, assegurando que a sua perspetiva sobre a violência e as necessidades de proteção é integrada em todas as ações do IAC e da sociedade.

Conhecimento

Garantir que todas as ações e políticas do IAC, bem como as respostas sociais e públicas em Portugal, são fundamentadas em conhecimento validado, atualizado e fidedigno sobre a realidade dos Direitos da Criança, com especial enfoque na prevenção e análise da violência e dos fatores de risco. Este eixo inclui a realização de estudos, produção, gestão e difusão de conhecimento em matéria de Direitos da Criança e organização de eventos.

Cooperação

Assegurar a sustentabilidade financeira e operacional do IAC, através da gestão estratégica de recursos e parcerias, garantindo que o seu trabalho de prevenção da violência tem continuidade, qualidade e abrangência. Este eixo visa, ainda, dinamizar uma rede de proteção integrada e multissetorial para maximizar o impacto na defesa dos Direitos da Criança.

Ações Desenvolvidas

PREVENÇÃO

- Capacitação
- Ações em contexto socioeducativo
- Gabinetes de Apoio ao Aluno e à Família
- Campanhas de sensibilização
- Comunicação



INTERVENÇÃO

- Consultório Social
- Escola de Segunda Oportunidade
- Escola “Alfaiate”
- Linhas de Apoio à Criança
- Apoio Psicológico
- Apoio Jurídico
- Humanização e Direito a Brincar
- Comunidades Vulneráveis
- Comunidade de Fuga com recurso à Unidade Móvel Lúdico-Pedagógica



PARTICIPAÇÃO

- Rede Juvenil Crescer Juntos
- Mediadores Comunitários
- Outras iniciativas de participação



CONHECIMENTO

- Estudos e Investigação
- Publicações
- Eventos



COOPERAÇÃO

- Rede Construir Juntos
- Parceiros
- Outras ações de cooperação
- Apoios e Donativos
- Projetos financiados

Equipa IAC

O IAC é constituído por uma equipa multidisciplinar que se distribui da seguinte forma:

80 Profissionais



ESTÁGIOS

Ao longo do ano, os nossos técnicos orientaram e acompanharam **44 estágios**. Destes, sete correspondem a estágios profissionais: cinco na área de Psicologia, um em Contabilidade e outro em Publicidade e Marketing. Os restantes são estágios curriculares nas áreas de: Psicologia (20 estagiários); Serviço Social (4 estagiários); Ciências da Educação (3 estagiários); Animação sociocultural e socioeducativa (3 estagiários); Marketing (3 estagiários); Administração (2 estagiários); Educação Social (1 estagiário) e Produção e Tecnologias (1 estagiário).

VOLUNTARIADO

Integrámos na nossa equipa **7 voluntários**, que realizaram ações como apoio a atividades lúdico-pedagógicas e lúdico-expressivas e organização documental e pesquisa bibliográfica. O IAC participou, ainda, na Feira de Voluntariado promovida pelo ISCSP, apresentando o seu trabalho nesta vertente.

FORMAÇÃO INTERNA

No sentido de capacitar os nossos trabalhadores e de criar uma cultura favorável à aprendizagem e à partilha de conhecimento, foram promovidas **7 sessões de formação** interna que tiveram como oradores os nossos técnicos e outros profissionais com grande experiência em matéria dos Direitos da Criança e dos temas associados, entre eles os Membros do Conselho Consultivo do IAC.

Grupo-alvo

4.612

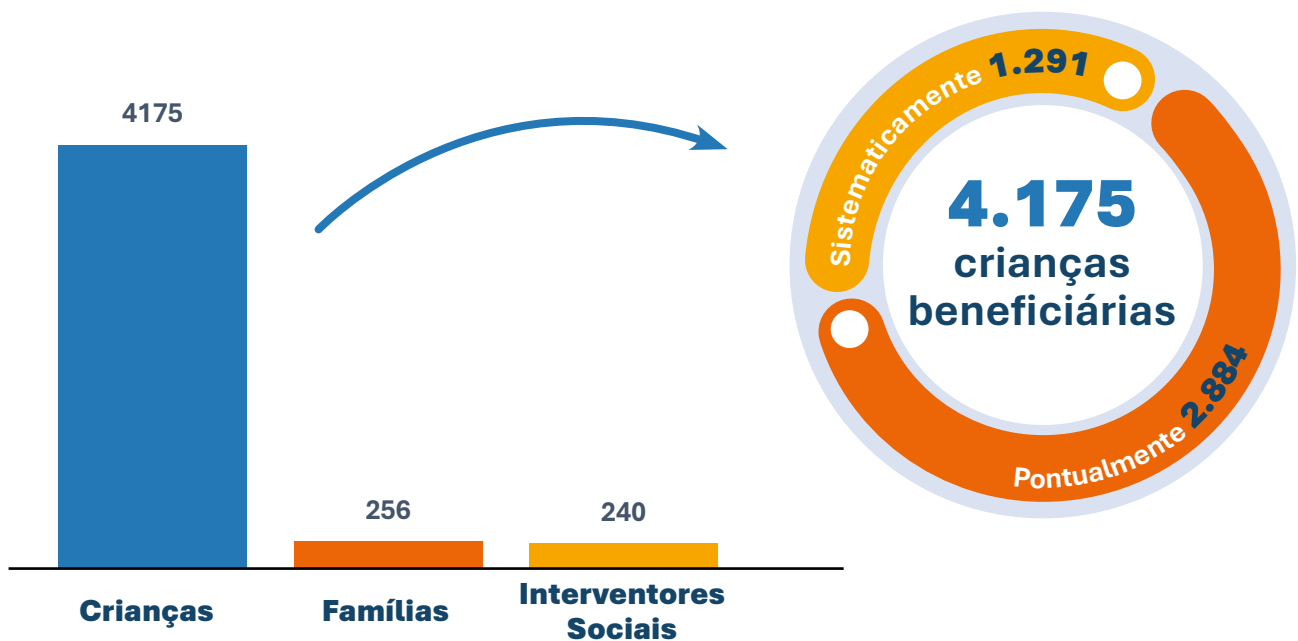
BENEFICIÁRIOS DE AÇÕES DE FORMAÇÃO/SENSIBILIZAÇÃO
(FAMÍLIAS E PROFISSIONAIS)



31.616

BENEFICIÁRIOS DE AÇÕES LÚDICO-PEDAGÓGICAS
(CRIANÇAS)

BENEFICIÁRIOS DA INTERVENÇÃO DIRETA



PREVENÇÃO

As iniciativas de prevenção assumem um papel cada vez mais determinante na promoção de mudanças duradouras nas atitudes e comportamentos da comunidade. **Através de ações dirigidas a escolas, profissionais e ao público em geral, tem-se procurado fortalecer competências, alertar para sinais de risco e incentivar práticas que protejam o bem-estar das crianças e jovens.**

Ao longo do ano, foram desenvolvidas **ações de prevenção que combinaram capacitação, sensibilização e trabalho direto com diferentes grupos**. Estas iniciativas têm **dotado famílias e profissionais de ferramentas** que facilitam uma **atuação mais rápida e eficaz perante situações de vulnerabilidade**.

Foram igualmente reforçadas ações dedicadas a **temas prioritários, como a violência e o papel fundamental do brincar no desenvolvimento infantil, bem como a disseminação da importância dos Direitos da Criança**.

Os **Gabinetes de Apoio ao Aluno e à Família** e o trabalho realizado em contextos socioeducativos permitiram manter um acompanhamento próximo das comunidades educativas, contribuindo para ambientes mais seguros, atentos e inclusivos.

Paralelamente, as **campanhas de sensibilização** desempenharam um papel essencial na difusão de informação e na promoção de uma cultura de proteção dos Direitos da Criança.

A **presença ativa do IAC nos media e nas redes sociais** continuou a ser uma estratégia eficaz para ampliar o alcance das mensagens de prevenção e envolver um número crescente de cidadãos e profissionais. Este investimento tem favorecido uma maior mobilização social e reforçado o compromisso coletivo com a defesa dos direitos e da segurança das crianças.

O aumento dos pedidos de capacitação por parte de diversas entidades demonstra a relevância e o reconhecimento do trabalho desenvolvido pelo IAC.

O principal desafio para os próximos anos passa por continuar a inovar e diversificar as metodologias de prevenção, garantindo respostas ajustadas às necessidades emergentes da infância e juventude.

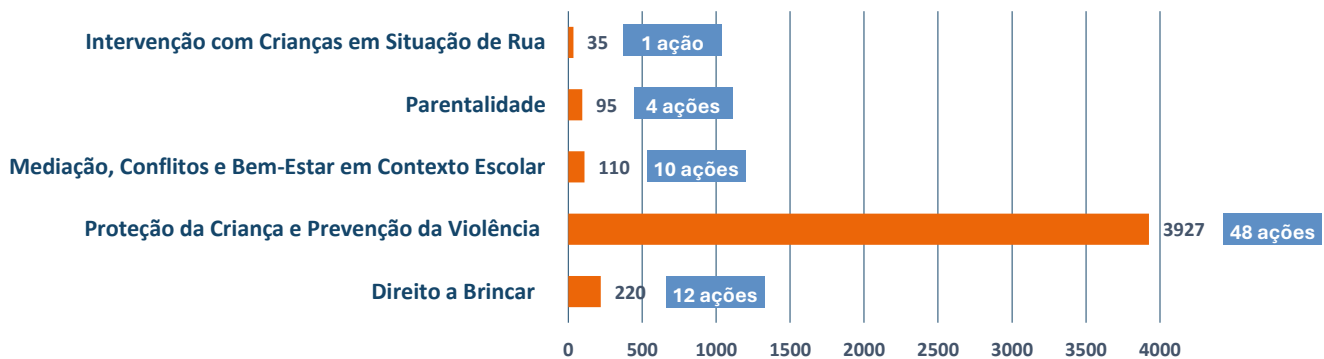
PREVENÇÃO

CAPACITAÇÃO

O IAC tem reforçado progressivamente o investimento na formação e no fortalecimento de competências das famílias e dos profissionais que atuam junto de crianças e jovens, reconhecendo que o acesso à informação constitui um instrumento fundamental para promover os Direitos da Criança, o seu desenvolvimento pleno e a prevenção de situações que possam comprometer o seu bem-estar e segurança.



ÁREAS TEMÁTICAS, AÇÕES E PARTICIPANTES



Para além da formação, é frequente a colaboração com alunos e profissionais que nos procuram de forma espontânea para conhecer a intervenção que o IAC desenvolve e para realizar trabalhos académicos nesta área. Colaborámos em **20 ações**, que envolveram **89 alunos e profissionais** de áreas como psicologia, serviço social, enfermagem, educação e gestão.

O IAC participa frequentemente em congressos, seminários, palestras e outros eventos promovidos por várias entidades, como Autarquias, CPCJ, Instituições de Ensino, IPSS, Organismos Públicos (Saúde, Forças de Segurança) e Empresas, partilhando a sua intervenção e experiência. Em 2025, foram realizadas **30 comunicações** neste âmbito.

As iniciativas de capacitação, que contam com elevada adesão, têm sido avaliadas de forma muito positiva, evidenciando-se como uma via eficaz para promover e salvaguardar os Direitos da Criança.

PREVENÇÃO

AÇÕES EM CONTEXTO SOCIOEDUCATIVO

A capacitação de crianças e jovens constitui uma estratégia central para a promoção e defesa dos seus Direitos. As ações que lhes são dirigidas visam dar a conhecer esses Direitos, fomentar o desenvolvimento de competências pessoais e sociais, estimular a reflexão sobre questões que lhes dizem diretamente respeito e contribuir para a prevenção de contextos de risco e vulnerabilidade.

Neste âmbito foram realizadas
em meio escolar e socioeducativo

184 AÇÕES



30.280
CRIANÇAS E JOVENS
abrangidos

ÁREAS TEMÁTICAS	AÇÕES	PARTICIPANTES
Direitos da Criança e Cidadania	38	1.381
Brincar	27	773
Convivência, Respeito e Clima Escolar	22	488
Prevenção do Bullying e Cyberbullying	87	27.515
Competências Socioemocionais	10	123



Dia da Família
Escola "Alfaiate" - EB195

PREVENÇÃO

GABINETES DE APOIO AO ALUNO E À FAMÍLIA

Os Gabinetes de Apoio ao Aluno e à Família (GAAF), integrados no projeto de Mediação Escolar, desempenham um papel essencial na prevenção do absentismo e do abandono escolar, bem como de situações de exclusão social, contribuindo para o desenvolvimento integral de crianças e jovens.

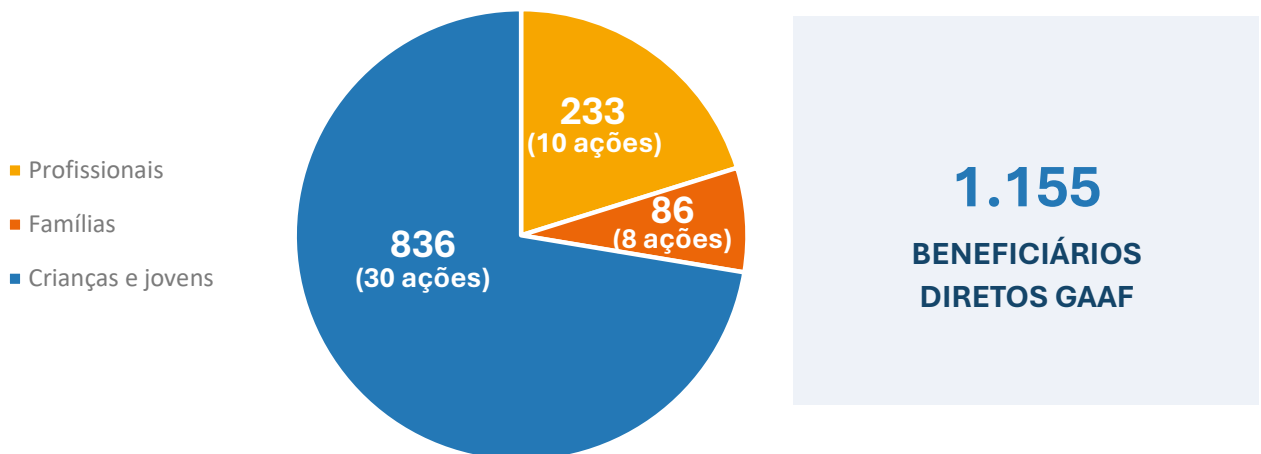
O IAC tem reforçado a promoção e a visibilidade destes gabinetes, reconhecendo-os como uma ferramenta eficaz na prevenção das problemáticas que surgem no contexto escolar.

No ano letivo 2024/2025, **57 agrupamentos de escola** tinham protocolo estabelecido; destes, **6 foram novos protocolos**.

O Instituto presta suporte aos diversos GAAF, através da orientação técnica, da avaliação da intervenção, da discussão de casos e da dinamização de várias ações de capacitação.

Neste domínio, manteve-se a oferta formativa para as crianças e jovens, as famílias e os profissionais que exercem funções no contexto dos GAAF, tendo sido realizadas, no ano letivo de reporte, **48 ações que envolveram um total de 1.155 beneficiários diretos**.

As ações abordaram temas como os direitos da Criança, relações interpessoais, parentalidade, igualdade e cidadania digital e literacia mediática.



Outro dos compromissos assumidos com os agrupamentos que integram esta rede é a promoção de um plano de ações de âmbito nacional, tendo-se realizado um Fórum Temático e uma Reunião Geral que envolveram **168 profissionais que intervêm nos GAAF**.

Um resultado muito positivo a destacar é o facto de em 2025, o **número de GAAF integrados na Rede Nacional de Mediação Escolar ter aumentado 11%, face ao ano anterior**, o que reflete as dinâmicas de expansão territorial e o reforço da rede GAAF

Neste sentido, verificou-se um crescimento significativo de alunos abrangidos pelos agrupamentos integrados nesta Rede, tendo-se registado um **aumento de 15%, correspondendo a um total de 70.408 alunos**.

Em 2025, **o total de alunos sinalizados era 7.804, traduzindo-se num aumento de 12%**. Esta variação sugere que, apesar de haver mais casos identificados, o aumento acompanha o crescimento global da população escolar, mantendo-se a proporção estável.

Apesar destes resultados, continua a ser prioridade do IAC, mas também um desafio, criar condições estruturais e parcerias que permitam consolidar e expandir a Rede Nacional de GAAF, reforçando a Mediação Escolar através de equipas interdisciplinares e replicar o modelo de intervenção em agrupamentos de norte a sul do país, de modo a aumentar o impacto junto de alunos e famílias.

PREVENÇÃO

CAMPANHAS DE SENSIBILIZAÇÃO

As campanhas de sensibilização são importantes, por um lado, para alertar a sociedade em relação a temas que merecem destaque e, por outro, para promover a mudança de atitudes e de comportamentos.

ABRIL Mês Internacional da Prevenção dos Maus-Tratos na Infância



Divulgação ao longo do mês de abril de vários recursos que o IAC disponibiliza sobre esta temática e da linha SOS Criança e Jovem como serviço de apoio.

FÉRIAS COM DIREITOS com base no Artigo 31.º da Convenção sobre os Direitos da Criança



Ao longo dos meses de verão foram partilhadas dicas úteis, para que crianças e jovens tivessem umas Férias com Direitos - com tempo para brincar, descansar e participar.

Sensibilização contra o BULLYING



Ao longo do mês de outubro, foram partilhados alguns Mitos e Factos sobre Bullying que, infelizmente, afeta muitas crianças e jovens.

NOVEMBRO é o mês dos Direitos da Criança



No mês em que se assinalou o 36.º aniversário da Convenção sobre os Direitos da Criança, o IAC disponibilizou vários recursos sobre a Convenção.



Movimento Serpentina

O IAC juntou-se ao movimento Serpentina numa campanha que convida toda a comunidade a cocriar espaços públicos onde o brincar volta a ocupar as ruas, cruzando gerações, aproximando pessoas e dando voz às crianças.

PREVENÇÃO

Pulseira ESTOU AQUI!



“Estou Aqui! Crianças” é um programa exclusivo e pioneiro da PSP, do qual o IAC é parceiro. Visa permitir o reencontro mais célere de uma criança perdida com os seus familiares.

FÉRIAS: um lugar tecno saudável!



O IAC é parceiro na campanha dinamizada pela Direção-Geral da Educação que promove o uso saudável da tecnologia durante as férias escolares.

Dia Internacional das LINHAS DE APOIO À CRIANÇA



Campanha dinamizada pela entidade parceira do IAC, Child Helpline International, com o intuito de reforçar a importância das linhas de apoio à criança e do trabalho desenvolvido pelos seus profissionais.

“TODOS PINTAMOS CONTRA O BULLYING”

A GIOTTO e o IAC continuaram a dinamizar o Plano de Sensibilização e Prevenção Contra o Bullying dirigido a todos os alunos das escolas de Portugal.

Sessões de sensibilização contra o Bullying



Saiba mais sobre este projeto

PREVENÇÃO

COMUNICAÇÃO

Em 2025, o IAC continuou a fortalecer a sua presença nos meios de comunicação digital e social, reforçando a sua imagem enquanto entidade de referência em assuntos relacionados com a Infância e a Juventude.

Ao longo do ano, foram inúmeras as iniciativas de comunicação para sensibilizar a sociedade civil para a promoção dos Direitos da Criança, nomeadamente, o lançamento do Podcast artigo 3.º disponível no Spotify.

O IAC NA COMUNICAÇÃO SOCIAL

256
NOTÍCIAS

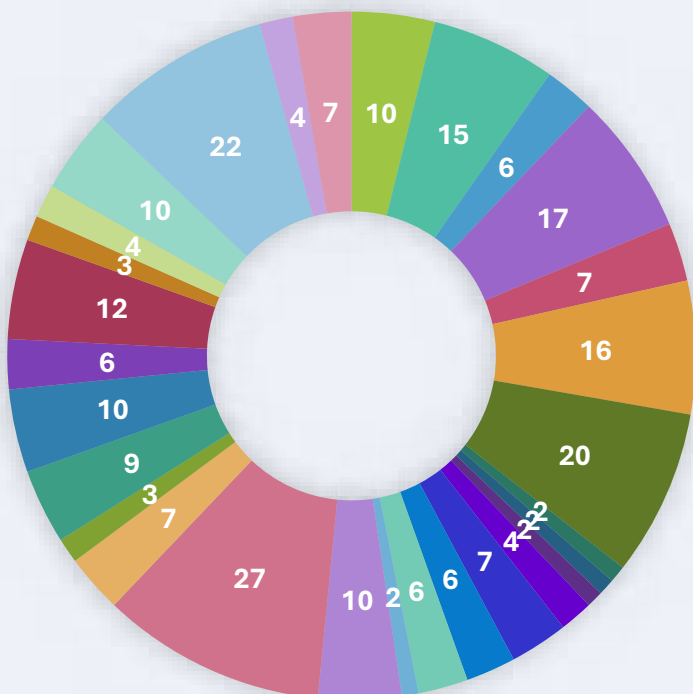


95
IMPRENSA
ESCRITA



161
TELEVISÃO, RÁDIO
E SITES

TEMÁTICAS DAS NOTÍCIAS



- intervenção IAC (10)
- Saúde mental (15)
- Direito à habitação (6)
- Abusos e maus tratos (17)
- Crianças desaparecidas (7)
- Crianças de rua (16)
- Bullying (20)
- Rapto parental (2)
- Residência alternada (2)
- Educação para a sustentabilidade (2)
- Pobreza infantil (4)
- Recreios escolares (7)
- Direito à privacidade (6)
- Pulseiras de identificação (6)
- Escolas de Segunda Oportunidade (2)
- Linha SOS Criança e Jovem (10)
- Brincar (27)
- Indisciplina e violência Escolar (7)
- Adoção de crianças (3)
- Solidariedade social (9)
- Convenção sobre os Direitos da Criança (10)
- Castigos corporais (6)
- Institucionalização de crianças (12)
- Apoio jurídico (3)
- Fugas de crianças (4)
- Jogos de tabuleiro (10)
- Direitos da criança (22)
- Licença parental (4)
- Assassinato de crianças (7)



SITE IAC

280.717
VISUALIZAÇÕES



PODCAST
ARTIGO 3º

249
VISUALIZAÇÕES

PREVENÇÃO



O IAC NA COMUNICAÇÃO SOCIAL



INTERVENÇÃO

As iniciativas enquadradas neste eixo procuram suprir necessidades ainda não suficientemente cobertas pelas respostas sociais existentes, bem como consolidar domínios considerados prioritários de intervenção. Por meio de programas e atividades específicas, tem-se privilegiado a proteção e a inclusão de crianças e jovens em contextos de vulnerabilidade, assegurando apoio especializado e oportunidades que favoreçam o seu desenvolvimento. Esta intervenção revela-se particularmente relevante em cenários onde as respostas públicas se mostram insuficientes, permitindo disponibilizar alternativas capazes de responder às necessidades existentes.

A procura por serviços nas áreas da saúde mental e do apoio a crianças e jovens em contexto comunitário e em situação de fuga continua a ter destaque. Para além disso, o IAC tem reforçado também a intervenção em meio educativo.

A intervenção visa assegurar um acompanhamento consistente, coordenado e multidisciplinar. Em paralelo, tem sido reforçado o trabalho de proximidade na comunidade, permitindo identificar necessidades de forma mais rápida e dar respostas mais ajustadas e eficazes.

A operacionalização de respostas integradas, que articulam saúde, educação, justiça e ação social, tem evidenciado resultados positivos na promoção do bem-estar das crianças e jovens acompanhados pelo IAC. Ainda assim, continua a ser importante o trabalho de consolidação e expansão destas respostas, assegurando os recursos necessários para responder ao aumento da procura e às novas problemáticas que vão emergindo.

INTERVENÇÃO

CONSULTÓRIO SOCIAL

O Consultório Social constitui uma resposta integrada e articulada de **apoio psicológico, social e jurídico**, dirigida a crianças, jovens e famílias do município de Lisboa previamente sinalizados, que apresentam necessidades em diferentes domínios.



**ATENDIMENTO
JURÍDICO**



402
atendimentos



**ATENDIMENTO
PSICOLÓGICO**



186
crianças/joven
1.768
sessões
de psicoterapia



**ATENDIMENTO
SOCIAL**



95
crianças/jovens
68
famílias
acompanhadas
27
atividades
lúdico-pedagógica

IMPACTO SOCIAL

Acreditamos que a intervenção do Consultório Social é fundamental para promover a inclusão e a equidade de crianças, jovens e famílias em situação de vulnerabilidade.

Na área do **atendimento psicológico**, o IAC procura **melhorar a saúde mental das crianças e jovens**, potenciando o seu desenvolvimento integral. Este apoio pode refletir-se positivamente na autoestima, no desempenho escolar e nas relações familiares.

No **atendimento social**, o acompanhamento prestado visa **criar contextos seguros e saudáveis**, sendo privilegiadas **atividades lúdico-pedagógicas** e o fortalecimento de **competências pessoais, sociais e parentais**, promovendo oportunidades de aprendizagem e socialização.

O **atendimento jurídico**, através da **orientação, esclarecimento e resolução de questões legais**, bem como do **acompanhamento em diligências judiciais**, procura assegurar a defesa dos direitos das crianças, jovens e famílias.

Esta intervenção integrada não se limita a dar resposta às necessidades imediatas, contribuindo igualmente para a **rutura de ciclos de vulnerabilidade** e para a **melhoria da qualidade de vida**, promovendo perspetivas de futuro mais dignas para crianças e jovens.

INTERVENÇÃO

ESCOLA DE SEGUNDA OPORTUNIDADE (E2O)*

*Os dados apresentados reportam ao ano letivo 2024/2025 (setembro de 2024 a agosto de 2025), de forma a manter a informação em linha com a lógica assumida nas escolas.

A E2O dirige-se a jovens entre os 15 e os 18 anos, dos territórios de **Marvila, Lumiar e Santa Clara**, que **apresentam baixos níveis de escolaridade e que enfrentam trajetórias marcadas por absentismo significativo ou abandono escolar**. Trata-se de jovens em situação de risco ou perigo, para os quais já foram esgotadas as respostas educativas e formativas disponíveis, e que têm atualmente aplicadas medidas tutelares educativas em meio natural de vida ou medidas de promoção e proteção.

O processo de seleção inclui **entrevistas motivacionais** e culmina na **elaboração de Planos Individuais de Formação (PIF)**, construídos a partir das informações recolhidas na fase de sinalização, dos contributos dos parceiros envolvidos e da participação ativa do jovem e da sua família.

Estes planos constituem uma ferramenta essencial para **assegurar um acompanhamento contínuo, articulado e ajustado às necessidades específicas de cada jovem**. Este apoio pode abranger diversas áreas fundamentais, como saúde, justiça, documentação e processos de legalização, apoio alimentar, entre outras dimensões que exigem uma intervenção consistente da equipa e a colaboração estreita com entidades externas.

A intervenção da E2O estrutura-se em três dimensões: **escolar, pessoal e profissional**.

Em seguida apresentamos os resultados relativos ao ano letivo de **2024/2025**.

COMPONENTE ESCOLAR

64 jovens integrados em **4 turmas** (75% sexo masculino; 25% sexo feminino)

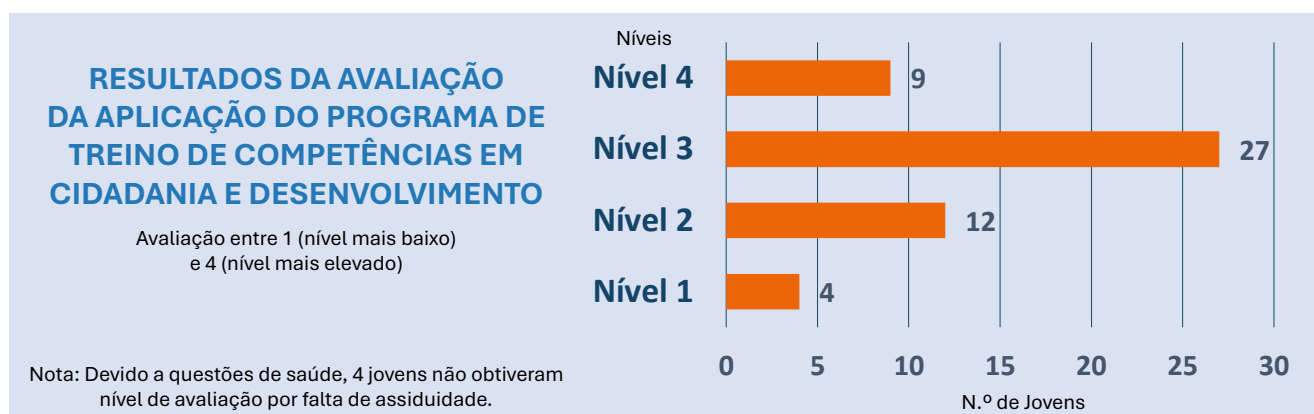
Certificações:

- **13 jovens | Marvila** - 4 certificações 2.º ciclo; 9 certificações do 3.º ciclo
- **10 jovens | Lumiar** - 5 certificações 2.º ciclo; 5 certificações do 3.º ciclo
- **16 jovens | Santa Clara** - **todas** correspondentes ao 3.º ciclo

Dos jovens integrados em turma, 8 completaram a maioria tendo decidido ingressar no mercado de trabalho sem concluir os seus percursos escolares.

COMPONENTE PESSOAL

Foram realizadas **135 sessões temáticas em sala do Programa de Treino de Competências**, na Área Disciplinar de Cidadania e Desenvolvimento. Este programa inclui sessões temáticas em sala com recurso a estratégias como dinâmicas de grupo, jogos pedagógicos, situações-problema e trabalhos de grupo. As competências trabalhadas, abrangem a saúde, capacidades cognitivas, responsabilidade, autonomia, regulação afetiva, comunicação interpessoal, capacidade relacional, assertividade, regulação emocional, adequação às circunstâncias, compromissos, tomada de decisão, entre outras competências fundamentais para o desenvolvimento psicossocial dos jovens. A avaliação dos jovens varia entre 1 e 5, sendo os dois primeiros níveis negativos.



INTERVENÇÃO

Para promover o sucesso dos projetos de vida dos jovens, a E2O desenvolve um **trabalho de proximidade com 105 famílias, aprofundando o diagnóstico social e identificando as suas necessidades e potencialidades**. Esta intervenção inclui atendimentos regulares, encaminhamentos para responder a situações identificadas (como emergências sociais, processos de regularização documental ou questões de saúde mental) e acompanhamentos a serviços, que facilitam a mediação com entidades externas e fortalecem a relação com as famílias, permitindo um melhor conhecimento das suas dinâmicas.

Realizaram-se também **12 visitas domiciliárias**, fundamentais para aprofundar o diagnóstico dos agregados, tratar de assuntos relacionados com os percursos educativos dos jovens e incentivar um maior envolvimento familiar. Complementarmente, decorreram reuniões individuais e em grupo com pais e encarregados de educação, focadas no seu papel no acompanhamento e na partilha de informação sobre o percurso escolar dos jovens.

A maioria dos jovens que integraram as turmas da Escola de Segunda Oportunidade têm **medidas tutelares educativas e/ou acordos de promoção e proteção**, e o cumprimento das mesmas passa pela frequência desta resposta socioeducativa. Deste modo, a equipa estabelece contactos regulares com a Equipa Lisboa Tutelar Educativa 1 da DGRSP, com as equipas das Comissões de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens de Lisboa e do Núcleo de Assessoria Técnica ao Tribunal de Lisboa – Promoção e Proteção.

No ano letivo 2024/2025, dos jovens acompanhados:

- **26 tinham a decorrer exclusivamente Medidas de Promoção e Proteção;**
- **6 tinham a decorrer exclusivamente Medidas Tutelares Educativas;**
- **16 tinham a decorrer em simultâneo Medidas de Promoção e Proteção e Medidas Tutelares Educativas.**

Os restantes jovens não tinham a decorrer qualquer medida em seu favor.

São, ainda, **acompanhados em follow-up 43 jovens**, que já terminaram os seus estudos na E2O.

COMPONENTE DE NATUREZA PROFISSIONAL

Efetuaram-se **57 sessões de formação vocacional**, que **abrangeram 55 jovens**.

Foram integrados em **contexto real de trabalho 11 jovens**.

Estes foram acolhidos por **7 entidades** e desenvolveram trabalhos nas **áreas de ação educativa, mecânica automóvel, barbearia, estética e pastelaria**.

A bolsa de entidades acolhedoras é atualizada anualmente, contando neste momento com 9 entidades, o que possibilita aos jovens desenvolverem esta componente de acordo com as suas preferências e expectativas profissionais.

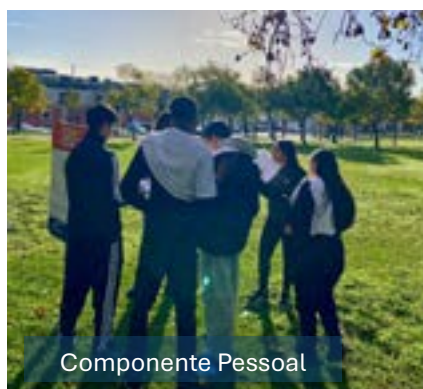
No ano letivo 2025/2026 foram integrados nas turmas E2O

75 JOVENS

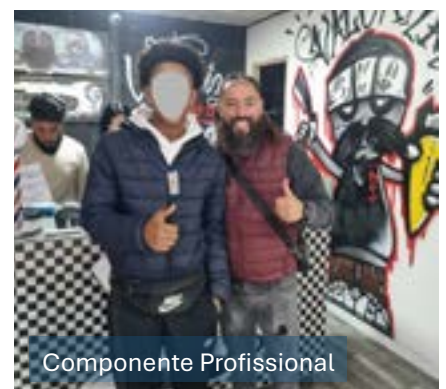
destes 20 são continuidade do ano letivo transato.



Componente Escolar



Componente Pessoal



Componente Profissional

INTERVENÇÃO

ESCOLA "ALFAIATE" (EA)*

*Os dados apresentados reportam ao ano letivo 2024/2025 (setembro de 2024 a agosto de 2025), de forma a manter a informação em linha com a lógica assumida nas escolas.

O modelo da Escola Alfaiate intervém de forma direta e sistemática em escolas do 1.º ciclo, colaborando na **construção de uma rede socioeducativa de apoio à comunidade escolar**. A sua **metodologia centra-se no aluno**, envolvendo a família e os restantes agentes educativos através de sessões individuais e de apoio psicopedagógico, dentro e fora do contexto de sala de aula.



No ano letivo 2024/2025, **547 CRIANÇAS** beneficiaram de **312 sessões de sensibilização sistemáticas** que visaram promover o seu desenvolvimento pessoal e social e a sua saúde mental.

Foram realizadas **25 sessões sobre os Direitos da Criança** e **63 sessões temáticas** (e.g., S. Valentim, semana da leitura, gentileza, Dia da Família, Dia da Criança).

Promoveram-se duas sessões para adultos:

- **Jornadas dos Professores, nas quais participaram 97 pessoas;**
- **Formação parental, na qual participaram 20 pais.**

Foi prestado **acompanhamento individual a 128 crianças**. Tendo sido, ainda, efetuado **acompanhamento psicopedagógico a 33 crianças** e **avaliação cognitiva a 6 crianças**.

Realizou-se **acompanhamento psicológico a 11 crianças** e foram encaminhadas para apoio psicológico 24 crianças.

Respondeu-se aos pedidos de aconselhamento e orientação de 61 famílias.

No ano letivo 2025/2026, a **EA abrangeu 577 crianças**.

A intervenção desenvolvida pelo Projeto Escola Alfaiate tem revelado um impacto claramente positivo na comunidade escolar, destacando-se, por um lado, a promoção do bem-estar emocional e do desenvolvimento de competências pessoais e sociais dos alunos e, por outro, o reforço do trabalho articulado entre escola, famílias e técnicos especializados. Esta atuação integrada permite uma **resposta mais precoce e eficaz às situações de vulnerabilidade**, contribuindo para um **percurso escolar mais ajustado e para a proteção das crianças em contexto educativo**.



INTERVENÇÃO

LINHAS DE APOIO À CRIANÇA

O IAC dinamiza as linhas:

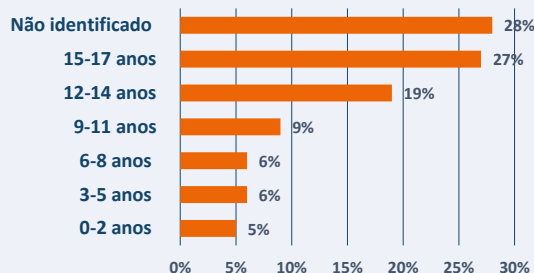
- SOS Criança e Jovem** para dar voz à criança e ao jovem, prestar apoio psicológico e encaminhar situações de crianças em risco;
- SOS Criança Desaparecida** para reporte e apoio psicológico de crianças, jovens e famílias durante e após a situação de desaparecimento;
- SOS Família-Adoção** para dar suporte emocional e aconselhamento especializado às crianças, adolescentes e famílias adotivas e consultoria independente aos profissionais implicados numa situação de adoção.

LINHA SOS CRIANÇA E JOVEM ☎ 116 111 WhatsApp (mensagens) 913 069 404

2.750 Apelos efetivos
1.962 Crianças e jovens sinalizados

Destes, 55% eram do sexo feminino, 36% do sexo masculino e 9% dos apelos não identificavam o sexo da criança ou jovem.

A maioria dos apelos envolvia questões relacionadas com a **saúde mental (43%)** e com situações de **violência (22%)**.



Foram **encaminhadas 235 crianças e jovens** para outros serviços (CPCJ's, Tribunais ou entidades policiais), sendo feita uma reavaliação posterior para ponto de situação desses processos.

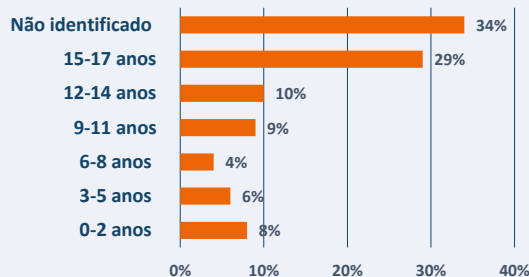
Os apelos chegam, maioritariamente, por **chamada telefónica (55%)**, seguindo-se o WhatsApp (30%), o correio eletrónico (8%) e o chat (7%). Dos apelantes, 39% eram crianças ou jovens.

LINHA SOS CRIANÇA DESAPARECIDA ☎ 116 000

88 Apelos efetivos
52 Crianças e jovens referenciados

Destes, 61% eram do sexo feminino, 35% do sexo masculino e 4% dos apelos não identificavam o sexo da criança ou jovem.

As problemáticas dos apelos recebidos referem-se, maioritariamente, a **fugas de casa (23%)**, a informações sobre processos relacionados com crianças desaparecidas (21%) e a raptos parentais (18%).



Foi efetuado o **encaminhamento dos casos de 26 crianças e jovens** para outras entidades, como a PSP, PJ ou a Missing Children Europe (MCE).

Os meios de contacto mais utilizados são a **chamada telefónica (48%)** e o correio eletrónico (45%), tendo menor expressão o chat (7%).

LINHA SOS FAMÍLIA-ADOÇÃO ☎ 800 210 555 WhatsApp 924 134 760

Foram rececionados **13 apelos efetivos**, todos provenientes de adultos e referentes a situações distintas.

Os apelos envolviam questões relacionadas com o procedimento para **iniciar um processo de adoção (39%)**, **dificuldades no comportamento da criança adotada (23%)**, o **acesso à informação sobre a família biológica (15%)**, o **processo de adoção de um familiar (15%)** e a **revelação à criança de que é adotada (8%)**.

Os apelos são recebidos, maioritariamente, por **chamada telefónica (61%)**, seguindo-se o WhatsApp (31%) e o correio eletrónico (8%).

INTERVENÇÃO

APOIO PSICOLÓGICO

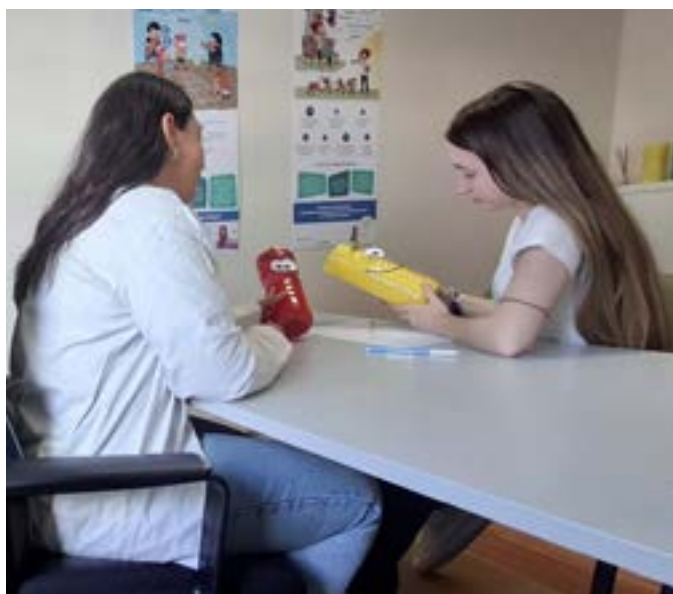
O apoio psicológico constitui uma resposta de **acompanhamento sistemático às situações sinalizadas pelas linhas de apoio à infância, por outras valências do IAC ou por entidades parceiras.**



As idades mais representadas são as correspondentes às seguintes faixas etárias:

- Dos 9 aos 11 anos (26%),
- Dos 12 aos 14 anos (24%),
- Dos 15 aos 17 anos (24%).

Quanto às **problemáticas**, predominam questões relacionadas com depressão, ansiedade, ideação suicida, comportamentos autolesivos, isolamento social, comportamentos desafiantes e de oposição, dificuldades escolares, instabilidade emocional, entre outros.



Sessões de apoio psicológico

Das 1.562 sessões realizadas

82% CONSISTIRAM EM ACOMPANHAMENTO PSICOTERAPÊUTICO DA CRIANÇA OU JOVEM

11% das sessões foram dirigidas aos pais ou cuidadores com o objetivo de os envolver no processo terapêutico e os restantes **7% foram sessões dedicadas à avaliação psicológica** das crianças e jovens.

INTERVENÇÃO

APOIO JURÍDICO

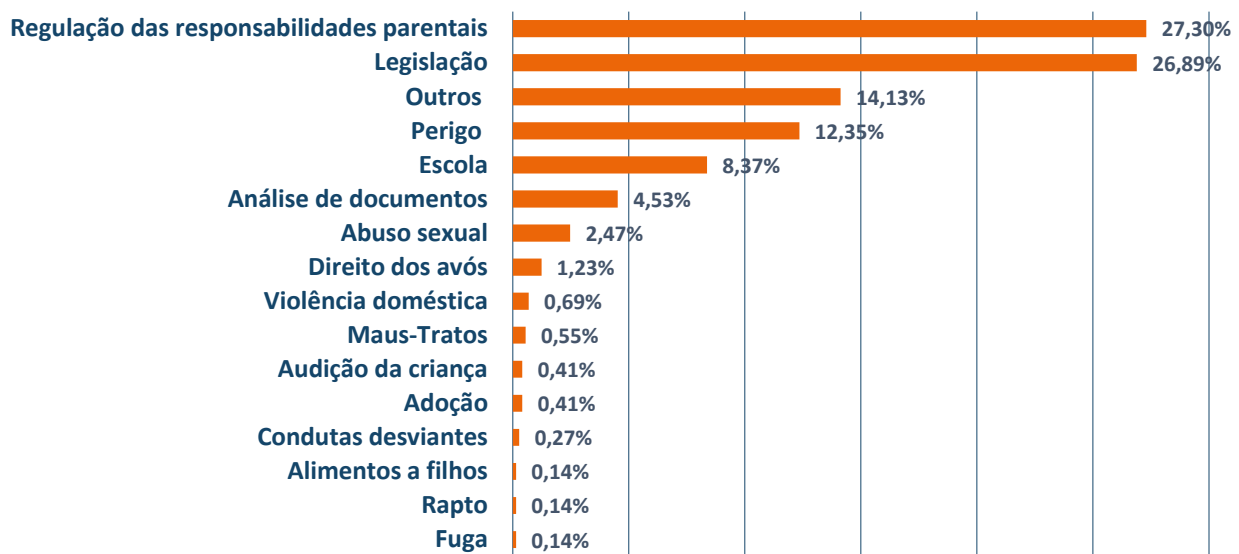
O Apoio Jurídico visa prestar **informação e esclarecimento sobre os Direitos da Criança**, bem como **encaminhar situações que exigem intervenção legal**. Tendo em conta que muitas famílias enfrentam constrangimentos socioeconómicos que limitam o acesso a serviços jurídicos, a resposta gratuita disponibilizada pelo IAC revela-se particularmente relevante, garantindo apoio qualificado em diversas situações que as afetam.

Em 2025, efetuaram-se **485 atendimentos de apoio jurídico**, um número que reflete a crescente necessidade de esclarecimento e intervenção nas questões legais que envolvem crianças e jovens em Portugal.

As principais problemáticas identificadas no atendimento jurídico dizem respeito a questões de **regulação das responsabilidades parentais** e dúvidas sobre **legislação** relacionada com os Direitos da Criança, bem como, **situações de perigo iminente** para crianças e jovens, que exigem intervenção célere e eficaz.

Embora com menor incidência, também se registaram pedidos de ajuda para tratar de situações relativas ao meio escolar, análise de documentos e a abuso sexual de crianças, entre outras problemáticas, que também exigem uma abordagem jurídica rigorosa e coordenada.

PROBLEMÁTICAS IDENTIFICADAS



Atendimento jurídico

Para além do apoio direto às famílias face a questões que envolvem crianças e jovens, o IAC oferece também consultoria especializada a técnicos sobre o enquadramento legal do Sistema de Promoção e Proteção da Criança e do Jovem.

Foi prestado **apoio técnico jurídico a 20 profissionais**, provenientes de 16 instituições que trabalham na área da infância e juventude.

Neste contexto, foram emitidos **5 pareceres técnicos**.

Para além disso, desenvolveram-se **100 ações de consultoria**, reforçando o compromisso assumido com a Direção-Geral da Saúde, enquanto membro da Comissão de Acompanhamento dos Núcleos Hospitalares de Apoio à Criança e Jovem em Risco, e com a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, bem como com os restantes profissionais que solicitaram este apoio.

INTERVENÇÃO

HUMANIZAÇÃO E DIREITO A BRINCAR

Neste âmbito enquadram-se ações específicas nas áreas da Humanização e do Direito a Brincar, através do **apoio técnico e consultoria** a diferentes entidades (como municípios, serviços de saúde, espaços lúdicos) para **implementação de medidas de promoção dos Direitos da Criança**.

As fases envolvidas nesta atividade passam pelo diagnóstico, delineamento de planos de ação, intervenção e avaliação.

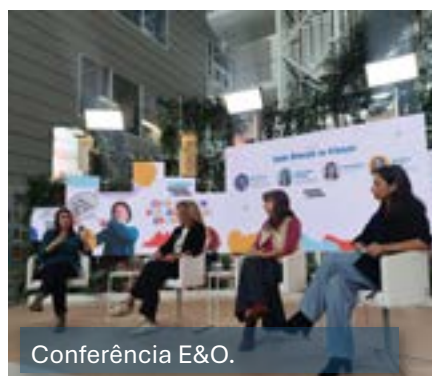
Ao longo do ano foram realizadas **24 ações de apoio técnico** e consultoria, com **10 entidades**, nomeadamente: Câmara Municipal de Lisboa; Movimento Bloom; Câmara Municipal de Viseu; Câmara Municipal de Benavente; UMundu; Eco-Escolas; Associação Portuguesa para o Estudo da Dor; Escola Básica João dos Santos; Hospital Dona Estefânia; Ideias com História.



Laboratório Brincar, Benavente.



Benavente.



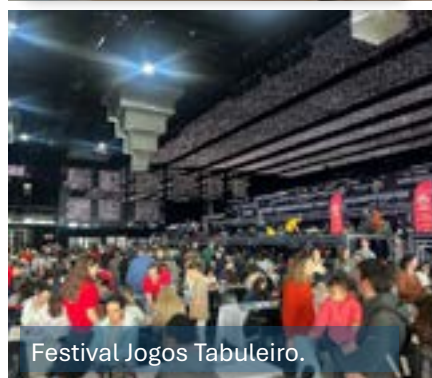
Conferência E&O.



Ciclos, Viseu.



Estrelas & Ouricos.



Festival Jogos Tabuleiro.

O trabalho de melhoria dos espaços de brincar envolveu a análise e **monitorização das oportunidades de brincar em contextos escolares e comunitários**, a **capacitação e promoção do bem-estar dos profissionais de educação**, a **sensibilização das famílias** e a **intervenção direta em contextos educativos**.

O objetivo central foi criar ambientes e atitudes que favoreçam o Direito a Brincar e o acolhimento da criança nos diferentes espaços que frequenta. Este processo integrou uma forte componente de participação da criança, com a **auscultação de mais de 500 crianças** em **31 estabelecimentos escolares** através de grupos focais e inquéritos.

O ano foi marcado pela renovação das colaborações com entidades já acompanhadas em anos anteriores e pelo alargamento da rede de parcerias. Salientamos, nesse âmbito, a **reativação do Grupo Consultivo na área da saúde**, que contribui para o planeamento de ações relacionadas com a Carta da Criança Hospitalizada, a humanização de espaços e o acolhimento de adolescentes nos serviços de saúde.

Enquanto desafio identificamos a **colaboração nos 2 projetos Erasmus+** em curso, ligados ao **brincar intergeracional**, que levam a que a equipa desenvolva novas formas de pensar e de intervir junto do público específico dos idosos.

INTERVENÇÃO

COMUNIDADES VULNERÁVEIS

A intervenção comunitária constitui um pilar central da ação do IAC, sustentada numa metodologia de proximidade que distingue a nossa relação com as crianças, os jovens e as famílias. Este **acompanhamento direto e sistemático** concretiza-se através da **dinamização de atividades socioeducativas em contextos comunitários**, nomeadamente em Lisboa (**espaço “EducaCondado”**) e em Coimbra (**CAIJ – Centro de Atividades para a Infância e Juventude**).

As ações em contexto comunitário incluem atividades lúdicas, socioculturais, desportivas, artísticas e de apoio escolar, concebidas para reforçar competências pessoais e sociais, bem como proporcionar experiências enriquecedoras que contribuam para o desenvolvimento integral das crianças e jovens.



122

**CRIANÇAS E JOVENS
ACOMPANHADOS
SISTEMATICAMENTE**



Atividade lúdica, Lisboa



Atividade do CAIJ

ESPAÇO EDUCACONDADO	CENTRO DE ATIVIDADES PARA A INFÂNCIA E JUVENTUDE
<ul style="list-style-type: none"> ■ 106 crianças e jovens acompanhados (58% sexo masculino; 42% sexo feminino; entre os 6 e os 26 anos) 	<ul style="list-style-type: none"> ■ 16 crianças e jovens acompanhados (69% sexo feminino; 31% sexo masculino; entre os 8 e os 15 anos)
<ul style="list-style-type: none"> ■ 88 famílias acompanhadas 	<ul style="list-style-type: none"> ■ 8 famílias acompanhadas
<ul style="list-style-type: none"> ■ 167 ações em contexto comunitário efetuadas 	<ul style="list-style-type: none"> ■ 2 ações em contexto comunitário efetuadas
<ul style="list-style-type: none"> ■ 234 sessões de apoio ao estudo 	<ul style="list-style-type: none"> ■ 92 sessões de apoio ao estudo
<ul style="list-style-type: none"> ■ 15 jovens envolvidos em iniciativas de participação 	<ul style="list-style-type: none"> ■ 16 jovens envolvidos em iniciativas de participação
<ul style="list-style-type: none"> ■ 10 crianças encaminhadas para outros serviços 	<ul style="list-style-type: none"> ■ 2 crianças encaminhadas para outros serviços

INTERVENÇÃO

COMUNIDADE DE FUGA COM RECURSO À UNIDADE MÓVEL LÚDICO-PEDAGÓGICA

A Comunidade de Fuga intervém em **situações de emergência em contexto de rua, atuando junto de adolescentes e jovens desaparecidos**, especialmente aqueles que se encontram em fuga, recorrendo, como principal recurso, à Unidade Móvel Lúdico-Pedagógica.

Dos **32 jovens acompanhados, 27 efetuaram fuga (20 dos quais foram sinalizados antes de 2025**, mas encontram-se englobados neste número pelo facto de terem sido acompanhados pela equipa durante o período de reporte).

Dos restantes casos acompanhados, **2 dizem respeito a filhos de uma família que se encontrava em situação de sem abrigo e 3 a filhos ou irmãos de jovens que efetuaram fuga**.

Foi possível identificar o paradeiro de todos os jovens sinalizados por fuga.

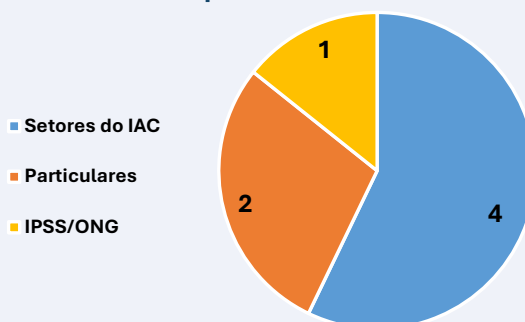
Como principais motivos para a fuga, foram identificadas como mais relevantes:

- Rutura Familiar
- Necessidade de aventura e risco
- Não aceitação da medida de institucionalização
- Envolvimento em relação amorosa ou de namoro.

24 GIROS

21 de diagnóstico
3 de denúncia

As 7 situações de fuga reportadas ao IAC em 2025, foram provenientes de:



Em todos os casos e pela situação de perigo em que estes jovens se encontram, as diligências foram efetuadas no período de 48 horas após a sinalização.

Foi assegurado o acompanhamento psicossocial individualizado a **32 jovens** identificados em contexto de rua, bem como às suas famílias.

Ao nível da promoção e proteção, grande parte dos jovens já teve várias medidas, salientando-se o carácter de maior contenção das medidas aplicadas. Neste contexto, o IAC coopera com várias entidades competentes em matéria de infância e juventude, assumindo uma posição ativa nos Planos Individuais de Intervenção Integrada, tendo colaborado em **11 Acordos de Promoção e Proteção** e em **4 Medidas Tutelares Educativas**.



Giros noturnos

No âmbito da articulação interinstitucional, a equipa tem promovido reuniões com vários parceiros envolvidos nestes casos, de modo a agilizar respostas mais rápidas e coordenadas na identificação e acompanhamento dos jovens, uma vez que a sinalização por parte das entidades continua a ser uma dificuldade.

Regista-se também a reincidência de alguns jovens em medidas de acolhimento que permanecem em saídas não autorizadas, verificando-se a necessidade de uma melhor adequação das medidas aplicadas, quando as casas de acolhimento são de regime aberto.

PARTICIPAÇÃO

No IAC partimos da convicção de que as **crianças e os jovens não são meros destinatários de políticas, mas sim protagonistas da sua própria história.**

Por isso, o **Direito à Participação** não é apenas um princípio que defendemos, é uma **prática diária que orienta a Rede Juvenil Crescer Juntos** e todas as iniciativas que a envolvem. Criar condições para que possam expressar-se, influenciar decisões e participar ativamente nos espaços onde vivem tem sido o eixo estruturante deste trabalho.

Os jovens envolvidos na Rede Juvenil e noutras iniciativas de participação não só trazem novas perspetivas e pontos de vista aos profissionais e à sociedade civil, como desenvolvem aprendizagens e competências individuais que reforçam a sua confiança, sentido de pertença e consciência de que a sua voz é valorizada por adultos com poder de decisão.

PARTICIPAÇÃO

REDE JUVENIL CRESCER JUNTOS

A Rede Juvenil Crescer Juntos (RJ CJ) integra crianças e jovens de várias regiões do país, que são acompanhados pelas entidades que compõem a Rede Construir Juntos.

O seu propósito é reforçar competências pessoais e sociais, incentivando uma participação ativa e consciente na vida comunitária.

A Rede promove ações que garantem o acesso à informação, estimulam a liberdade de expressão e de opinião e envolvem os participantes em atividades lúdicas, desportivas, culturais e de lazer, criando contextos favorecedores de aprendizagem e de cidadania.

Anualmente, é definido um plano de ação com os próprios jovens. Para o ano em reporte foi selecionado o tema **“Bem-estar na Adolescência”**, focado no desenvolvimento de competências, na promoção do bem-estar e na sensibilização para questões relevantes nesta fase de vida.



67 JOVENS
ACOMPANHADOS DIRETAMENTE PELO IAC
NAS AÇÕES DA RJ CJ

21 ATIVIDADES
INCLUINDO INTERCÂMBIOS CONCELHIOS



Para além destas ações, a Rede promoveu o **Intercâmbio Nacional de Crianças e Jovens da RJ CJ**, onde **participaram 34 crianças**, dos vários polos distritais.

Frequentemente, os jovens que fazem parte da RJ CJ são envolvidos noutras ações do IAC e dos seus parceiros, garantindo o seu Direito à Participação.

A RJ CJ promoveu a participação ativa de crianças e jovens em torno do tema “Bem-Estar na Adolescência”, através de sessões mensais em várias instituições, reforçando o **trabalho em rede e o desenvolvimento de competências pessoais e sociais**. O ponto alto do projeto foi a **participação de trinta e quatro crianças e jovens no Intercâmbio Nacional**, nos Açores, experiência marcante de aprendizagem e pertença. Entre os principais desafios estiveram a mobilização contínua dos jovens e a preparação logística, emocional e financeira para o intercâmbio, fatores que, apesar das dificuldades, contribuíram para o seu crescimento e autonomia.



PARTICIPAÇÃO

MEDIADORES COMUNITÁRIOS

Os **Mediadores Comunitários** constituem um grupo de jovens acompanhados pelo IAC que, em paralelo, participam e colaboram em diversas iniciativas junto da comunidade. Estas ações incluem a **interação entre pares e atividades dirigidas à população em geral**.

Esta iniciativa pretende **capacitar os jovens para que assumam um papel ativo enquanto agentes de mudança nas suas comunidades**.



Ações dos Mediadores Comunitários



Os participantes distinguem-se pela motivação para aprender, envolver-se e contribuir de forma positiva para o seu meio social e para as pessoas que os rodeiam.

De acordo com a sua disponibilidade, perfil e competências, os jovens mediadores comunitários (ou em fase de preparação) podem integrar atividades pontuais, nomeadamente:

- Conceção e dinamização de jogos e atividades destinadas às crianças mais novas;
- Participação em intercâmbios de âmbito nacional e internacional;
- Colaboração em projetos comunitários, promovendo ações na comunidade sobre diferentes temas (e.g., ambiente e higiene urbana);
- Presença em encontros temáticos ou nos media, partilhando o seu testemunho;
- Participação em reuniões de acompanhamento do seu percurso;
- Envolvimento em atividades lúdico-pedagógicas que reforcem a coesão do grupo.

Apesar dos diferentes níveis de maturidade e das competências já adquiridas, pretende-se continuar a desenvolver e consolidar as competências pessoais e sociais das crianças e jovens acompanhados, para que possam promover a educação entre pares e constituir-se como referências positivas para outras crianças e jovens.

PARTICIPAÇÃO

OUTRAS INICIATIVAS DE PARTICIPAÇÃO

O IAC colabora com diversas entidades, no sentido de promover o Direito à Participação e envolver as crianças e os jovens em várias iniciativas que lhes permitam contactar com outras realidades. Neste sentido, promoveu-se o envolvimento de **15 jovens** em outras iniciativas, nomeadamente:

Projeto da EAPN “O Futuro Começa Agora”

O tema trabalhado pelos jovens foi “À descoberta dos direitos humanos”. Ao longo do processo, os jovens tiveram momentos formativos e de sensibilização sobre o tema com a Amnistia Internacional e com a Unicef. O projeto culminou com a participação no encontro final, em Vila Nova de Gaia, onde os jovens, para além da apresentação de um powerpoint, dinamizaram o Jogo dos Direitos Humanos. No final, ficou a mensagem: “Todos temos direito a ter direitos!”

Grupo Consultivo da UNICEF

Reúne jovens representantes de Norte a Sul do país, e que se constitui como um fórum de partilha e reflexão em torno de questões que preocupam os jovens, tendo participado dois jovens acompanhados pelo IAC.

Assembleia de Jovens

Projeto promovido pelo Centro Social e Paroquial São Maximiliano Kolbe, com o objetivo de criar uma assembleia que integre jovens representativos de diferentes grupos da freguesia de Marvila e de promover a sua participação e envolvimento nos assuntos da comunidade.

Para além destas iniciativas, o IAC é ainda interlocutor do grupo de trabalho do **Programa Cidade Amiga das Crianças, projeto do Município de Lisboa**.



Foto: Brochura digital 2025 “O Futuro Começa Agora”.



Foto: XI Congresso Mundial de Infância e Juventude.

CONHECIMENTO

Em 2025, o IAC reforçou o compromisso de tornar o conhecimento mais acessível e próximo de todos, reconhecendo que a informação é essencial para ampliar a reflexão, a consciência social e a capacidade de intervenção da comunidade.

Para esse efeito, foram produzidos **diversos estudos, materiais informativos e recursos lúdico-pedagógicos**, bem como organizados vários **eventos dedicados à partilha de boas práticas e à disseminação de conteúdos relevantes** junto da sociedade civil e do meio académico.

A qualidade científica e a clareza na comunicação continuam a orientar este trabalho, assegurando que a informação chega ao público de forma rigorosa, compreensível e útil.

Esta aposta tem sido amplamente reconhecida, refletindo-se na forte adesão e no interesse demonstrado pelos participantes nas iniciativas realizadas.

CONHECIMENTO

ESTUDOS E INVESTIGAÇÃO

Ao longo de 2025, foram desenvolvidos dois trabalhos de investigação.

Deu-se continuidade ao estudo retrospectivo sobre homicídio intrafamiliar que vitima crianças, designado **“O Inimaginável na Família: Casos de Filicídio em Portugal”**. Este estudo, que resulta de uma parceria com a Polícia Judiciária, visa caracterizar as vítimas e as suas famílias, a nível psicológico e sociocultural. Foram realizados vários contactos com Tribunais para aceder aos dados necessários. No entanto, dada a complexidade deste trabalho, o mesmo será concluído no ano de 2026.

Iniciou-se um trabalho de investigação que procura **analisar a eficácia da intervenção da Escola de Segunda Oportunidade nos jovens que frequentam esta resposta**. Esta investigação é composta por dois estudos: um longitudinal que prevê avaliar os jovens que frequentam a E2O a nível socioemocional em dois momentos do seu percurso; e um transversal de follow-up que avalia os jovens que já terminaram os seus estudos na E2O.

O IAC participou no **XII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia**, onde divulgou o trabalho de investigação-ação **“Porque fogem os adolescentes? A voz dos jovens acompanhados pelo IAC”**, através de um poster.




Apresentação do poster “Porque fogem os adolescentes? A voz dos jovens acompanhados pelo IAC” no XII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia.



Conferência “Cuidar e Proteger: Prevenir a Violência sobre as Crianças”.

CONHECIMENTO

PUBLICAÇÕES



11 PUBLICAÇÕES
PRODUZIDAS
EM 2025



ATTACHMENT AND PARENTING



CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA



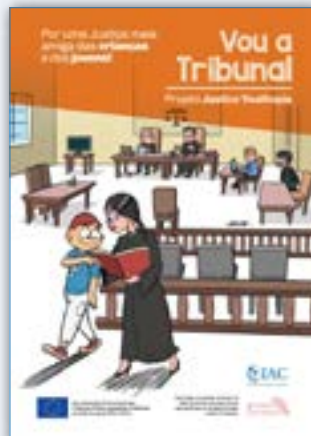
CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA
Versão amigável



Carta da Criança nos cuidados de saúde primários



Desafios da Parentalidade: Bater não é Educar!
Parenting Challenges: Hitting is not educating!



Vou a Tribunal



Comunidade Davi N.º 29 (2017)


CONHECIMENTO





Edição da Revista IAC "A Criança e os seus Direitos"


Produção do 10.º número da revista
A Criança, as Artes e a Educação

Produção do 11.º número da revista
**Crescendo na Era Digital: Reflexões
sobre o impacto das Redes Sociais**

 **2.212** Visualizações no **Site IAC**

 **3.856** Pessoas alcançadas no **Facebook**

 **3.830** Visualizações no **Instagram**

 **579** Impressões no **LinkedIn**

Dinamização da newsletter "O IAC em Notícia"

De Jan. a Dez. n.º 63 a n.º 74



Dinamização do InfoCriança

Jan./Fev./Mar. n.º 106

Mutilação Genital Feminina

Abr./Mai./Jun. n.º 107

Violência Psicológica contra Crianças


Jul./Ago./Set. n.º 108


Negligência Parental


Out./Nov./Dez. n.º 109


Filicídio



 **950** Visualizações no **Site IAC**

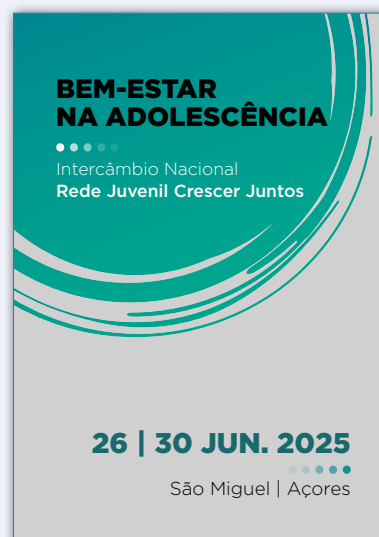
 **6.610** Pessoas alcançadas no **Facebook**

 **4.854** Visualizações no **Instagram**

 **1.350** Impressões no **LinkedIn**

CONHECIMENTO

EVENTOS ORGANIZADOS PELO IAC



COOPERAÇÃO

A cooperação tem sido um eixo estruturante da atuação do IAC, funcionando como um motor para ampliar o alcance e a qualidade das intervenções desenvolvidas.

O trabalho em **articulação com diferentes entidades tem permitido construir respostas mais consistentes, complementares e ajustadas às necessidades das crianças, dos jovens e das famílias**, garantindo uma intervenção social integrada.

Ao estabelecer parcerias estratégicas com organismos públicos, instituições privadas e organizações da sociedade civil, o IAC tem conseguido fortalecer iniciativas e expandir o seu impacto.

Neste percurso, destacamos o papel da **Rede Construir Juntos**, que reúne diversos agentes comprometidos com a procura de soluções inovadoras para os desafios que afetam a infância e a juventude, consistindo num espaço dinâmico de colaboração.

O contributo financeiro obtido através de **apoios de mecenato e de financiamentos de projetos** tem sido determinante para assegurar a continuidade e o desenvolvimento das nossas ações, permitindo implementar projetos que transformam positivamente a vida de crianças e famílias.

COOPERAÇÃO

REDE CONSTRUIR JUNTOS

A Rede Construir Juntos (RCJ) reúne, a nível nacional, diversas organizações que intervêm no domínio da Infância e Juventude e que partilham o compromisso de reforçar a coordenação na **resposta a situações de risco, perigo e exclusão social envolvendo crianças, jovens e as suas famílias**. Para orientar esta intervenção coletiva, é elaborado anualmente um plano de ação comum que define prioridades e áreas estratégicas de atuação.

A **dinamização nacional da RCJ está a cargo do IAC**, que **coordena os 15 polos** que compõem esta rede e assegura a articulação entre as diferentes entidades participantes.



No âmbito desta Rede foi realizada uma ação formativa de capacitação, que envolveu **35 profissionais** e cujo tema foi **“Eu brinquei, vocês brincaram e eles brincam? O Direito a Brincar no passado, presente e futuro”**.

Uma das competências assumidas pela Rede consiste na **articulação interinstitucional em situações de crianças desaparecidas**. Para além da comunicação à Linha SOS Criança Desaparecida, estes casos são igualmente partilhados com as restantes entidades da Rede, permitindo ativar mecanismos coordenados de cooperação e reforçar a capacidade de localização e de apoio às crianças e às suas famílias.

A RCJ reforçou a cooperação interinstitucional através do aumento de instituições parceiras, da dinamização de reuniões de polo, intercâmbios, encontros anuais e da comunicação regular via newsletter e Facebook, **consolidando uma rede mais estruturada e eficaz no combate à exclusão social**. Este trabalho colaborativo aumentou a capacidade de resposta e melhorou a eficácia da intervenção na área da infância e juventude.

O principal desafio continua a ser garantir a participação contínua e aprofundada das instituições e técnicos, dada a diversidade de contextos e a complexidade da coordenação em rede. A articulação de intercâmbios e as respostas em casos de crianças desaparecidas ou vítimas de exploração sexual exigem elevada especialização, protocolos sólidos e recursos adequados, representando um esforço permanente para assegurar a operacionalização e sustentabilidade das ações.



Reunião de parceiros RCJ.



Reunião de parceiros RCJ.

COOPERAÇÃO

PARCEIROS

O trabalho em parceria permanece um elemento central no trabalho do IAC, permitindo a partilha de conhecimento, a disseminação de boas práticas e o reforço da visibilidade institucional, tanto a nível nacional como internacional. Neste âmbito, o IAC mantém uma participação ativa em diversas redes e grupos de trabalho, reconhecendo na colaboração interinstitucional um dos pilares da sua intervenção e da promoção dos Direitos da Criança.

A nível nacional destacamos algumas destas parcerias:

- APCC – Coimbra a Brincar;
- ARS do Centro - Laço Azul;
- Assistência Médica Internacional (AMI);
- Ass. de Pais da Escola EB1 de S. João do Campo;
- Associação Integrar;
- Câmara Municipal de Benavente;
- Câmara Municipal de Cascais;
- Câmara Municipal de Coimbra e de Lisboa;
- Câmara Municipal de Viseu;
- Cáritas Diocesana de Coimbra;
- Centro de Estudos Sociais (CES);
- Centro Nacional de Cibersegurança, enquanto membro do Conselho de Acompanhamento do Centro Internet Segura;
- CFAE - Nova Ágora;
- CPCJ de Lisboa (Oriental, Ocidental e Centro) e CPCJ de Coimbra - modalidade alargada;
- Comissão Social de Freguesia de Marvila-Lisboa, da União de Freguesias de Coimbra e da Freguesia de St.º António dos Olivais-Coimbra;
- Escola Superior de Educação de Coimbra;
- Estratégia Nacional para os Direitos da Criança, enquanto membro da Comissão Técnica de Acompanhamento e Monitorização da Estratégia;
- Estratégia Nacional contra a Pobreza, enquanto membro do Fórum Consultivo;
- Estrelas & Ouriços;
- Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (FPCEUC);
- Fórum sobre os Direitos das Crianças e Jovens;
- Hospital da Bonecada;
- Instituto Superior Miguel Torga (ISMT);
- Junta de Freguesia Cascais-Estoril;
- Museu do Brinquedo Tradicional Popular (ADRL);
- Rede Regional do Centro de Apoio e Proteção a vítimas de TSH (RRC APV TSH);
- Rede de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC-Lisboa);
- Rede Europeia Anti-Pobreza (EAPN) - presidência da Mesa do Conselho Geral em Coimbra e Lisboa;
- Rede de Ludotecas de Cascais
- Rede Social de Lisboa, Coimbra e Condeixa;
- União das Freguesias de Coimbra.

TESTEMUNHOS

O papel do IAC, enquanto membro ativo da EAPN Portugal, tem sido determinante na valorização da perspetiva das crianças como sujeitos de direitos, na articulação entre atores institucionais e comunitários, e no desenvolvimento de respostas mais coordenadas e abrangentes. Graças a esta parceria, as iniciativas da rede incorporam uma perspetiva sólida sobre os direitos da criança, fortalecendo políticas públicas, ampliando a visibilidade das ações e promovendo uma abordagem participativa e inclusiva no combate à pobreza infantil em Portugal.

Maria José Vicente

Coordenadora Nacional

EAPN Portugal/Rede Europeia Anti-Pobreza

“...Dada a riqueza de experiência do IAC decorrente do trabalho desenvolvido ao longo dos anos com crianças e jovens e o know-how relativamente aos temas da proteção e promoção dos seus direitos, aliados à proatividade e disponibilidade pessoais da atual representante do vosso instituto, a representação do IAC tem sido particularmente importante para prosseguir o objetivo fundamental desta Comissão Alargada que é desenvolver ações no âmbito da promoção dos direitos e de prevenção das situações de perigo para as crianças e jovens.”

Manuela Simões

Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

Lisboa Ocidental

COOPERAÇÃO

As parcerias internacionais com maior expressão envolvem a colaboração com:

- Amber Alert;
- Child International Helpline;
- Combat Sexual Abuse Legislation Advocacy Group, que incluiu o desenvolvimento de ações junto da sociedade civil e decisores políticos para tornar o abuso sexual online uma prioridade na agenda política nacional e europeia;
- Entidades dos PALOP, nomeadamente de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, no sentido de mediar a sua relação com entidades europeias, como a Child International Helpline, de modo a potenciar o seu trabalho;
- Eurochild;
- European Association for Children in Hospital;
- European Toy Libraries, enquanto coordenador do Grupo;
- Governo Provincial de Benguela;
- International Toy Library Association, enquanto membro da Direção;
- International Play Association – Portugal;
- Ludoland;
- Missing Children Europe;
- Projeto Europeu RESPONSIVE - Increasing responsiveness to citizen voice in social services across Europe, enquanto membro do Conselho Consultivo Nacional;
- Secours Populaire Français, no âmbito da qual o IAC foi auscultado para o Barómetro Europeu da Pobreza e participou na ação Village Copain du Monde, com 4 crianças e 2 técnicos;
- Terre Ludique.



Visita da equipa do Governo Provincial de Benguela ao IAC.

Reunião com Eurochild e projetos nacionais aprovados pelo Daphne Child.



IAC has been a very active and committed member of Eurochild for many years. From contributing annually to our flagship report to regularly participating in General Assemblies, workshops, and events and through their role as a grantee partner in the Daphne-CHILD Listen2Act project, they bring valuable expertise and engagement to the network.

Sabine Saliba
Eurochild - Secretary General

A parceria com o IAC fez-nos reforçar a qualidade das nossas ações nas comunidades em prol da proteção à criança para a promoção dos seus direitos e deveres, assim como a capacitação dos profissionais para proteção da criança e a oportunidade dos nossos voluntários participarem na Ação de Formação anual para aprenderem mais e fazerem melhor com e para as nossas crianças.

Lourença Tavares
Presidente

ACRIDES – Associação das Crianças Desfavorecidas (Cabo Verde)

COOPERAÇÃO

OUTRAS AÇÕES DE COOPERAÇÃO

Aliança pela Prevenção

O Instituto de Apoio à Criança integra, enquanto membro fundador, a Aliança pela Prevenção, uma iniciativa que reúne organizações da sociedade civil, nomeadamente a UNICEF Portugal, a APAV, as Aldeias de Crianças SOS e o ProChild CoLAB, com o objetivo de reforçar a cooperação entre entidades, mobilizar conhecimento e experiência acumulada no terreno e promover uma estratégia nacional integrada de prevenção da violência contra crianças. Esta iniciativa procura contribuir para colocar a prevenção dos maus-tratos e a promoção dos Direitos da Criança no centro das políticas públicas, incentivando uma abordagem coordenada entre diferentes setores do Estado e da sociedade.

Conselho Superior da ProChildColab

O IAC integra o Conselho Superior da ProChildColab - Uma Associação sem fins lucrativos reconhecida como Laboratório Colaborativo, cuja missão é o combate à pobreza e exclusão social na infância.

EAPN Portugal/Rede Europeia Anti-Pobreza

O IAC é membro associado da EAPN Portugal desde 1998. Em 2025 assumiu novo mandato como Presidente das Mesas do Conselho Geral dos Núcleos Distritais de Lisboa e Coimbra.

Órgãos sociais da ETL

Coordenação do Grupo Europeu de Ludotecas, responsável pelos encontros anuais do grupo, pela planificação de todas as atividades e mobilização de membros de diferentes países europeus.

Órgãos sociais da ITLA

Membro da Direção da ITLA, organização que reúne ludotecas dos vários países, contribuindo para a gestão da associação, nomeadamente quanto às conferências internacionais, atividades a desenvolver de ligação entre países e celebrações do Dia Mundial do Brincar.

Órgãos sociais da Rede Nacional de Iniciativas e E2O

O IAC integra os órgãos sociais da Rede Nacional de Iniciativas e Escolas de Segunda Oportunidade ao nível da Vice-Presidência. Esta rede visa apoiar a criação de respostas que combatam o abandono escolar precoce, oferecendo alternativas educativas e formativas para jovens que deixaram o sistema de ensino.

Prémio de Jornalismo “Os Direitos da Criança em Notícia”

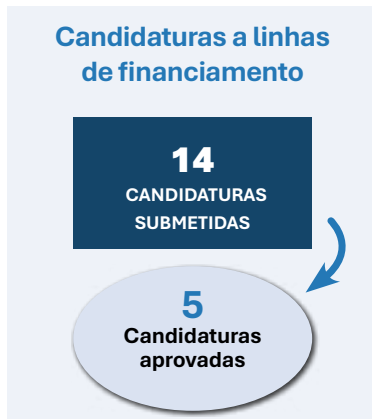
O Prémio de Jornalismo integra-se no Fórum sobre os Direitos das Crianças e dos Jovens cuja carta de compromisso foi subscrita pelo IAC. O Fórum tem como objetivo promover e defender os direitos sociais, culturais, económicos e civis das crianças e jovens, tendo lançado em 2011 o Prémio de Jornalismo “Os Direitos da Criança em Notícia”, cuja primeira edição decorreu em 2012.

COOPERAÇÃO

APOIOS E DONATIVOS

A obtenção de apoios e de donativos de particulares e de empresas que se identificam com e valorizam o trabalho do IAC é uma das formas de garantir que continuamos a fazer o que melhor sabemos.

- O IAC teve **60 doadores empresariais**, que efetuaram **44 donativos de bens ou serviços** e **67 donativos monetários**.
- O IAC teve **14 organizações doadoras** (Fundações, organizações da sociedade civil, etc.), que efetuaram **10 donativos de bens ou serviços** e **7 donativos monetários**.
- Muitas empresas próximas do IAC ajudam ainda a **divulgar campanhas desenvolvidas pelo IAC** (IRS; Fotolivro; Natal) interna e/ou externamente, potenciando a sua abrangência.
- A SIBS promoveu uma campanha de **angariação de fundos no MBWAY** específica para o IAC na semana de 06 a 12 de outubro.
- O IAC teve **144 doadores particulares**, dos quais **125 fizeram donativos** (2 de bens e 123 monetários) **pontuais** e **19 fizeram donativos regulares** (monetários). O facto de não se ter feito uma campanha específica para angariar ou fidelizar doadores regulares, não permitiu aumentar o número deste tipo de doadores.



Agradecemos às empresas:

BSHP; RTP; 3 Times Invest, Lda; Banco de Portugal; BPI / Fundação La Caixa; Brisa; Caixa Geral de Depósitos; Central de Cervejas; CLA - Catering Linhas Aéreas; Piscinas do Clube Oriental de Lisboa; Concentra; Conjugiar Criativo Unipessoal Lda; Creative Toys; Critical Software; Devir Livraria Lda; Divercentro Lda; Dsparts-Unipessoal Lda; El Corte Inglés; EmeraldSwallow; Eternal Perspective; Fábrica Moderna; Farmácias Cuido/lpharma; Fila Iberia/Giotto; Garcias; Grupo Pestana; Guerin; Hotel Meliá ME Lisbon; Ideias com História; Infraestruturas de Portugal; KPMG; Lexis Nexis Risk Solutions; Loja Caixinha de Beleza; Lusíadas Saúde; Mebo Games; Mebo Games; Meo Kalorama; Momento Épico; MoOngy; NIU; Noesis; Ó Capital; Oceanário; Pastelaria Versailles; Paulus Editora; Porto Editora; Prediteca Sociedade Imobiliária Lda; R Concept; Remax Maxgroup TIME; RTP; Rui Almeida, Arlindo Almeida - Despachantes Oficiais, SP, Lda; Salta da Caixa; SIBS; Teatro Aberto; TP; Turim Hotels; valantic LCS; Vanderlande Logistics; VCLS Agência de Viagens; Xpand IT; Zome Evolution.

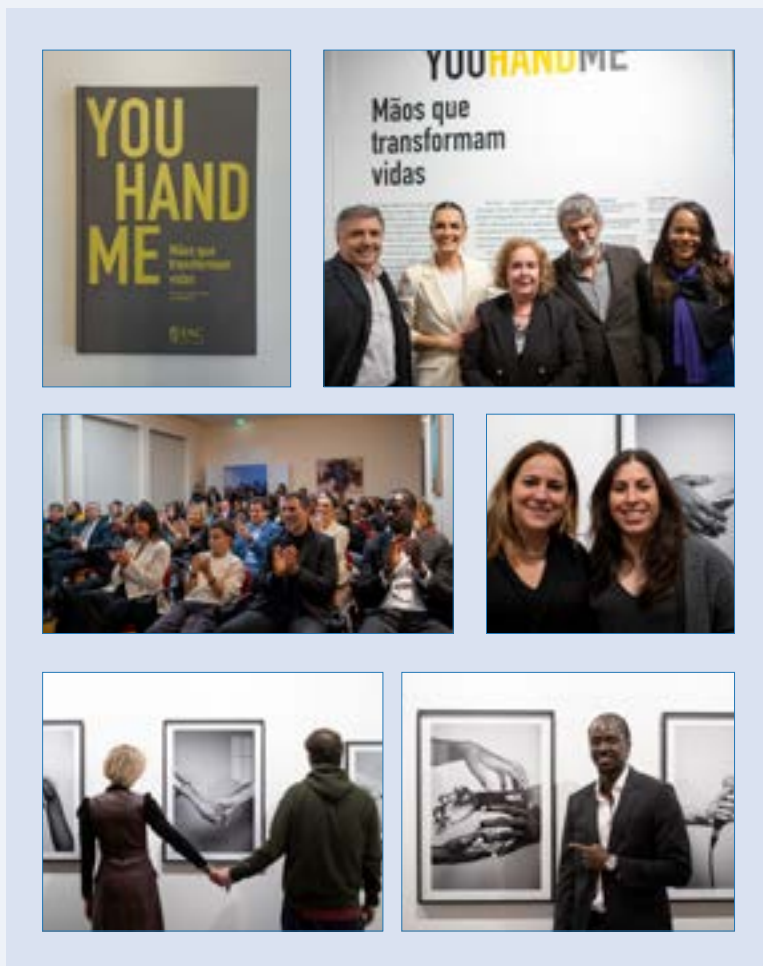
E outras organizações:

Junta de Freguesia de Marvila; Junta de Freguesia de Avenidas Novas; Polícia Judiciária; Regimento de Transportes do Comando da Logística do Exército português; Teatro das Avenidas; BUS - Bens de Utilidade Social; Dona Ajuda; Fundação Altice Portugal; Fundação Benfica; Fundação Galp; Fundação Ilídio Pinho; Fundação Millennium BCP; Fundação Oriente; Grande Loja Legal de Portugal/Grande Loja Regular de Portugal; Missing Children Europe.

COOPERAÇÃO

CAMPANHAS

Campanha Fotolivro



Campanha IRS



Campanha de Natal



Campanha SIBS



PROJETOS FINANCIADOS

■ ESCOLA ALFAIATE

Breve descrição

A Escola Alfaiate tem como finalidade a promoção de condições psicológicas, sociais e pedagógicas necessárias ao desenvolvimento da criança, em benefício de uma educação adaptada a cada aluno e que vise a equidade, igualdade de oportunidades e inclusão social, em escolas do 1.º Ciclo. Pretende-se “uma Escola à medida de todos e de cada um”, que possibilite identificar e prevenir dificuldades e que permita que todos os alunos cresçam enquanto seres humanos.

Público-Alvo

Alunos do 1.º ciclo, com idades compreendidas entre os 5 e os 12 anos, de cinco escolas básicas, pertencentes ao Agrupamento de Escolas D. Dinis.

Fontes de financiamento

Plano de Recuperação e Resiliência
Câmara Municipal de Lisboa

Grau de participação do IAC

Promotor

Período de Execução

De novembro de 2022 a dezembro de 2025

Balanço 2025

O Projeto Escola Alfaiate é uma intervenção próxima e integrada no contexto escolar, presente no dia a dia dos alunos, nas escolas onde intervimos e adaptada às suas diferentes idades. O balanço do ano 2025, foi muito positivo, onde podemos salientar o trabalho ao nível do desenvolvimento pessoal, social e emocional através de ações de sensibilização e acompanhamento contínuo, das crianças envolvidas. Em articulação com a comunidade educativa e entidades externas, identificamos necessidades e atuamos de forma preventiva em áreas como saúde, comportamentos de risco e contexto familiar. O projeto destacou-se ainda pelo seu impacto social, garantindo, muitas vezes, o único acesso das famílias a apoio especializado gratuito, contribuindo para o bem-estar e desenvolvimento das crianças.



Mais informações [aqui](#)

■ ESCOLA DE 2.ª OPORTUNIDADE Educar e Formar para Inserir – LISBOA

Breve descrição

É uma resposta socioeducativa, desenvolvida em estreita colaboração e articulação entre os parceiros envolvidos. Está alinhada com as medidas de política do Estado, no âmbito da educação inclusiva e visa o combate ao abandono escolar, aos comportamentos desviantes, ao risco de exclusão social, promovendo a justiça social e a igualdade de oportunidades.

Público-Alvo

Jovens com idades entre os 15 e os 18 anos de idade, em situação de abandono escolar há pelo menos 1 ano ou absentismo grave, com Medidas de Promoção e Proteção ou Tutelares Educativas e para os quais já foram esgotadas todas as respostas na área da educação.

Fontes de financiamento

Plano de Recuperação e Resiliência
Câmara Municipal de Lisboa

Grau de participação do IAC

Promotor

Período de Execução

De novembro de 2022 a dezembro de 2025

Balanço 2025

Ainda que os jovens integrados nesta resposta se caracterizem como multidesafiadores, devido aos seus percursos de vida complexos, e esta modalidade de ensino seja a última oportunidade de concluir a escolaridade, o balanço do ano letivo 2024/2025 é bastante positivo, destacando-se o número de certificações escolares e o feedback transmitido pelos jovens, famílias e parceiros, bem como o seu desenvolvimento pessoal e social.



Mais informações [aqui](#)

■ LISTEN2ACT – LISTENING TO CHILDREN TO PREVENT VIOLENCE

Breve descrição

Este projeto tem como base metodológica, dar voz às crianças e jovens potenciando a sua participação em matérias que lhes dizem respeito, através de uma escuta ativa que respeita e valoriza as suas opiniões, nomeadamente as suas perspetivas sobre a violência exercida sobre a criança em diferentes contextos.

Público-Alvo

Crianças, jovens, famílias e profissionais

Fontes de financiamento

União Europeia – Programa Daphne-CHILD, via Eurochild (Gestor do Programa)

Grau de participação do IAC

Promotor

Período de Execução

De setembro de 2025 a agosto de 2026

Balanço 2025

Tendo em conta alguns constrangimentos, os grupos focais com crianças e jovens só iniciaram em janeiro de 2026, tendo sido consultados 3 grupos de crianças e jovens em Lisboa, Évora e Coimbra.

Em junho, O IAC acolheu o 1.º Encontro entre os representantes da *Eurochild* e um conjunto de entidades nacionais da sociedade civil que viram os seus projetos selecionados no âmbito do Programa Europeu *Daphne-CHILD*, liderado pela *Eurochild* e pela *Terre des Hommes*.

No âmbito deste projeto foi ainda editado um vídeo explicativo do projeto e a participação num podcast.



Mais informações [aqui](#)

■ LUZ VERDE À CRIANÇA

Breve descrição

O Projeto Luz Verde à Criança surge da necessidade de uma intervenção concertada ao nível do município de Lisboa que cumprisse com o preconizado na Convenção sobre os Direitos da Criança.

O Instituto de Apoio à Criança propôs-se cumprir um conjunto de ações que colmatam algumas lacunas identificadas em domínios como a educação, a saúde, a justiça, os serviços sociais e os espaços públicos.

Público-Alvo

Crianças e famílias residentes na cidade de Lisboa; profissionais de educação e de saúde de instituições do Município.

Fontes de financiamento

Câmara Municipal de Lisboa

Grau de participação do IAC

Promotor

Período de Execução

De julho de 2024 a junho de 2025

Balanço 2025

Ao longo de 2025, foram alcançados resultados efetivos no apoio a crianças e jovens no âmbito do Consultório Social, bem um aumento na dinamização de ações em contexto escolar e comunitário, tendo sido notório o alcance das iniciativas de sensibilização em torno dos Direitos da Criança, também com resultados bastante positivos.

O Consultório Social Luz Verde à Criança mantém-se como uma resposta diferenciadora, evidenciada pelo elevado número de encaminhamentos por parte de entidades parceiras e de pedidos diretos de apoio. Paralelamente, o eixo da Participação continua a revelar resultados muito positivos, com destaque para o reforço da Rede Juvenil Crescer Juntos e para a articulação com o programa “Lisboa, Cidade Amiga das Crianças”, promovendo a escuta e o envolvimento ativo das crianças e jovens.



Mais informações [aqui](#)

■ PROGRAMA PROINFÂNCIA DA FUNDAÇÃO “LA CAIXA” MARVILA – LISBOA

Breve descrição

O Programa Proinfância é uma iniciativa da Fundação “la Caixa” dirigida a crianças e jovens em situação de pobreza económica e vulnerabilidade social, com a finalidade de promover e apoiar o seu desenvolvimento integral, favorecendo e apoiando políticas de melhoria da equidade, da coesão social e da igualdade de oportunidades para as crianças e jovens e para as suas famílias.

Público-Alvo

Crianças e jovens entre os 0 e os 18 anos cujas famílias, em situação de pobreza económica relativa ou extrema, estejam ou sejam suscetíveis de estar a receber apoio ou acompanhamento social, e apresentem carências nas suas necessidades sociais na freguesia de Marvila.

Fontes de financiamento

BPI - Fundação “la Caixa”

Grau de participação do IAC

Parceiro

Período de Execução

Início em janeiro de 2021 (de continuidade)

Balanço 2025

No que respeita o Programa Proinfância, foram dinamizados serviços no âmbito do apoio psicoterapêutico (dinamizado pelos técnicos do Consultório Social); de estudo apoiado (4 grupos) e de ocupação de tempos livres (2 Centros Abertos, 3 colónias urbanas e 1 espaço de férias). Durante este período, 38 crianças beneficiaram destes serviços, sendo que algumas são acompanhadas pela equipa e outras foram sinalizadas pelas entidades que fazem parte da Rede de Marvila - Proinfância.



Mais informações [aqui](#)

● PROGRAMA PROINFÂNCIA DA FUNDAÇÃO “LA CAIXA” – COIMBRA

Breve descrição

O projeto Proinfância visa promover o desenvolvimento integral de crianças, jovens e respetivas famílias em situação de vulnerabilidade social e económica. Através de uma intervenção integrada nas áreas da educação, ação social e saúde, procura reforçar competências familiares, promover a inclusão social e contribuir para a quebra do ciclo intergeracional da pobreza. Assenta numa abordagem colaborativa entre entidades parceiras, centrada na criança e na família.

Público-Alvo

Crianças e jovens dos 0 aos 18 anos e respetivas famílias em situação de risco social, pobreza ou exclusão social.

Fontes de financiamento

BPI - Fundação “la Caixa”

Grau de participação do IAC

Promotor

Período de Execução

Início em março de 2024, sem data de *terminus*.

Balanço 2025

No final do ano, estavam inscritas 36 famílias, representando um aumento significativo face a 2024 e evidenciando a confiança na resposta do projeto. Foi também possível estruturar as mesas técnicas, envolvendo entidades como a CPCJ, escolas, Câmara Municipal e Hospital Pediátrico, o que permitiu melhorar a articulação e a capacidade de resposta.

Destaca-se ainda o reforço da rede local com a integração da ADAV, ampliando os recursos disponíveis para o acompanhamento das famílias. Ao longo do ano, realizaram-se 17 reuniões de rede, 2 reuniões das mesas técnicas e 1 webinar de justificação económica.

Globalmente, 2025 revelou-se um ano positivo, marcado pelo aumento das famílias apoiadas, fortalecimento das parcerias e consolidação do Proinfância enquanto resposta estruturante na promoção do bem-estar e inclusão social.



Mais informações [aqui](#)

● PROJETO ESF+EUMOVE APPLICATION

Breve descrição

O projeto EuMove é uma iniciativa internacional que envolve Portugal, Espanha e Itália, com duas entidades por país responsáveis pela seleção e acolhimento de jovens participantes. Tem como objetivo promover a integração de jovens NEET no mercado de trabalho através de estágios no estrangeiro, proporcionando experiências práticas e o desenvolvimento de competências profissionais, sociais e pessoais. Em Portugal, o IAC assegura a identificação dos beneficiários e a elaboração de planos individuais de integração.

Público-Alvo

Jovens NEET entre os 18 e os 30 anos, que não se encontram a estudar, a trabalhar ou em formação.

Fontes de financiamento

European Social Fund Plus (ESF+) Social Innovation+ (SI+)

Grau de participação do IAC

Parceiro

Período de Execução

De 1 de Janeiro de 2025 a 1 de Janeiro de 2027

Balanço 2025

O ano de 2025 correspondeu à fase inicial do projeto, centrada na definição das bases metodológicas e operacionais. Em articulação com os parceiros internacionais, foram desenvolvidos os documentos orientadores e consolidada a metodologia de intervenção, através de reuniões regulares de coordenação.

Em Portugal, o IAC promoveu reuniões com entidades parceiras para identificar os 10 jovens que irão participar nas mobilidades em 2026, assegurando uma seleção adequada ao perfil do projeto. Foram ainda realizadas ações de formação online e presenciais, em Saragoça, focadas na gestão das mobilidades, definição de funções e procedimentos em situações emergentes.

Globalmente, 2025 permitiu estruturar e preparar o projeto, garantindo condições para uma implementação eficaz das mobilidades em 2026.



Mais informações [aqui](#)

● PROJETO ERASMUS+ RE:CREATE:INT

Breve descrição

Partilhar práticas entre profissionais sobre a criação e a facilitação de grupos intergeracionais. Criar grupos e dinâmicas de brincar de forma a promover os laços intergeracionais. Fomentar o envolvimento e a formação dos seniores nas iniciativas dos parceiros do projeto.

Público-Alvo

Profissionais, crianças, jovens e idosos.

Fontes de financiamento

União Europeia - Erasmus+

Grau de participação do IAC

Parceiro

Período de Execução

24 meses (janeiro 2025-dezembro2026)

Balanço 2025

Em 2025, o foco esteve na fase preparatória, incluindo a identificação e o estabelecimento das parcerias nacionais, o diagnóstico da situação atual em relação ao brincar intergeracional e a partilha de práticas entre Portugal e França. Foram ainda desenvolvidos e aplicados instrumentos para auscultação de crianças e seniores.

Recebemos a congénere francesa em Portugal em outubro de 2025, tendo visitado os parceiros nacionais, realizado o planeamento estratégico do projeto, nomeadamente as questões de imagem e comunicação, e dinamizado uma ação com parceiros nacionais sobre Brincar Intergeracional.



Mais informações [aqui](#)

● PROJETO ERASMUS+ PEARL

Promoting elderly inclusion through an intergenerational play Framework

Breve descrição

Desenvolver um *play framework* eficiente para promover a intergeracionalidade e apoiar as habilidades cognitivas e motoras de idosos. Utilizar as experiências dos parceiros para implementar e avaliar os resultados de um programa piloto de 9 meses sobre brincar intergeracional. Delinear um pacote de recursos para profissionais que trabalhem em brincar intergeracional e envelhecimento ativo.

Público-Alvo

Profissionais, crianças, jovens e idosos

Fontes de financiamento

União Europeia - Erasmus+

Grau de participação do IAC

Parceiro

Período de Execução

24 meses (setembro 2025-maio 2027)

Balanço 2025

Em 2025 iniciámos o planeamento estratégico do projeto, desenvolvemos instrumentos e realizámos o diagnóstico das entidades parceiras do Luxemburgo e desenvolvemos as ferramentas para o processo de monitorização da implementação do projeto que se iniciará em fevereiro de 2026.

Recebemos a congénere do Luxemburgo em dezembro de 2025 para delinear as fases seguintes do projeto e refletir sobre os resultados encontrados no diagnóstico de forma a adequar a implementação de terreno e a monitorização posterior. Foi ainda criada e imagem do projeto e realizada uma ação com parceiros nacionais sobre Brincar Intergeneracional.



Mais informações [aqui](#)

■ PROMOÇÃO DA ESTRATÉGIA PARA OS MENINOS DE RUA EM BENGUELA

Breve Descrição:

Esta Ação de Diálogo visa fortalecer as capacidades institucionais e técnicas do Governo Provincial de Benguela na área da proteção e inclusão de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade, promovendo uma troca de experiências e boas práticas, sendo o IAC, o parceiro europeu.

Público-Alvo

Crianças e jovens da (e na rua) de Benguela

Entidade Financiadora

Diálogos EU-Angola financiado pela União Europeia

Grau de Participação do IAC

Parceiro

Período de Execução

De julho de 2025 a julho de 2026

Balanço 2025

O Acordo de Implementação desta Ação foi assinado formalmente em julho de 2025 na presença da Senhora Embaixadora da União Europeia em Angola.

Após uma fase inicial de planeamento conjunto, uma delegação do Governo Provincial de Benguela realizou, entre 17 e 21 de novembro, uma visita técnica a Lisboa. Durante esta semana, os especialistas angolanos participaram em sessões de trabalho com equipas de intervenção direta do IAC, focando-se nas metodologias de intervenção junto de crianças e jovens em risco; nas estratégias de reintegração e nos mecanismos de coordenação entre as entidades públicas e a sociedade civil.

Com a execução desta Ação de Diálogo, espera-se a elaboração de Recomendações que incidam no aprofundamento do conhecimento sobre o contexto de Benguela para orientar futuras intervenções na proteção infantil, no reforço das competências técnicas e operacionais dos serviços do Governo Provincial — promovendo uma melhor articulação interinstitucional e uma resposta pública mais eficaz para crianças e jovens em risco — e no fortalecimento da parceria entre o Governo Provincial de Benguela, o IAC e a União Europeia, consolidando o papel desta última como parceira ativa no desenvolvimento humano e social de Angola.



Mais informações [aqui](#)

RELATÓRIO E CONTAS 2025

Balanço Individual em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.25	31.Dez.24
Ativos			
Ativos fixos tangíveis	4	28 897	47 906
Ativos intangíveis	5	-	-
Outros Ativos financeiros	6	18 441	18 441
Total dos Ativos Não Correntes		47 338	66 347
Outros créditos a receber	7	317 365	286 607
Clientes e utentes	8	27 583	5 160
Diferimentos	9	13 612	21 182
Caixas e depósitos bancários	10	882 853	546 834
Total dos Ativos Correntes		1 241 413	859 783
Total do Ativo		1 288 751	926 130
Fundos Patrimoniais			
Fundo social	11	26 116	26 116
Reservas Legais		345 715	345 715
Resultados transitados		43 017	-404 160
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	12	17 871	18 854
Resultado líquido do exercício		358 374	314 744
Total dos Fundos Patrimoniais		791 094	301 268
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos bancários	13	18 519	74 074
Total dos Passivos Não Correntes		18 519	74 074
Passivo Corrente			
Fornecedores	14	15 721	22 446
Estado e outros entes públicos	15	50 677	51 276
Financiamentos bancários	13	55 556	55 556
Outras dívidas a pagar	7	271 205	387 505
Diferimentos	9	85 980	34 006
Total dos Passivos Correntes		479 139	550 788
Total do Passivo		497 658	624 862
Total Passivo e Fundos Patrimoniais		1 288 751	926 130

Demonstração dos Resultados Individuais
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.25	31.Dez.24
Vendas e serviços prestados	16	6 776	95 347
Subsídios à exploração	17	2 746 964	2 510 427
Fornecimentos e serviços externos	18	-447 518	-378 742
Gastos com pessoal	19	-2 020 918	-1 913 612
Outros rendimentos	20	115 836	29 329
Outros gastos	21	-26 536	-7 408
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		374 605	335 340
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	22	-11 596	-11 842
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		363 009	323 499
Juros e gastos similares suportados		-4 635	-8 755
Resultado antes de impostos		358 374	314 744
Resultado líquido do período		358 374	314 744

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais - Exercício de 2025 (Valores expressos em euros)						
	Fundos	Reservas	Resultados transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do exercício	Total
Posição em 31 de dezembro de 2024	1					
	26 116	345 715	-404 160	18 854	314 744	301 268
Alterações no Período						
Outras alterações reconhecidas no Capital Próprio	-	-	447 178	-737	-314 744	-
	-	-	447 178	-737	-314 744	131 697
Resultado Líquido						
					358 374	358 374
					358 374	358 374
Resultado Extensivo						
					43 631	490 071
Operações com instituições no período						
Subsídios, doações e legados	-	-	-	0	-	0
Outras operações	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	0	-	0
Posição em 31 de setembro de 2025	6 = 1 + 2 + 3 + 5	345 715	43 017	18 117	358 374	791 339

Demonstração de Alteração de Fluxos de Caixa
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em euros)

	31.Dez.25	31.Dez.24
<i>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</i>		
Recebimentos de clientes e utentes	-	-
Recebimentos de subsídios	2 543 090	1 809 357
Pagamentos a fornecedores	-436 939	-497 952
Pagamentos ao pessoal	-1 926 955	-1 828 801
Caixa gerada pelas operações	<u>179 196</u>	<u>-517 396</u>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		
Outros recebimentos/pagamentos	-72 557	359 123
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)	<u>106 639</u>	<u>-158 273</u>
<i>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento</i>		
Recebimentos provenientes de:		
Doações	289 859	110 081
Outras operações de financiamento	-	-
	<u>289 859</u>	<u>110 081</u>
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-55 556	-55 556
Juros e gastos similares	-4 924	54 547
	<u>-60 480</u>	<u>-1 009</u>
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)	<u>229 380</u>	<u>109 072</u>
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	<u>336 019</u>	<u>-49 201</u>
Efeito das diferenças de câmbio	-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	<u>546 834</u>	<u>596 035</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do período	<u><u>882 853</u></u>	<u><u>546 834</u></u>

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em euros)

1. Nota introdutória

O Instituto de Apoio à Criança (“Entidade” ou “IAC”), foi constituído em 1983, tem a sua sede no Avenida da República, n.º 21 em Lisboa. A Entidade tem como objetivo principal contribuir para o desenvolvimento integral da criança, na defesa e promoção dos seus direitos, sendo a criança encarada na sua globalidade como sujeito de direitos na família, na escola, na saúde, na segurança social ou nos seus tempos livres.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial Contabilístico

Em 2025 as demonstrações financeiras do IAC foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema Normalização Contabilística para as entidades do sector não lucrativo (SNC-ESNL), que integra a Norma Contabilística de Relato Financeiro (NCRF -ESNL).

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Instituto de Apoio à Criança, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

c) Regime do acréscimo

A Entidade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

d) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, as ‘Provisões’ são classificadas como ativos e passivos não correntes.

e) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

g) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre situações que ocorram após essa data são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materialmente relevantes.

h) Derrogação das disposições do SNC - ESNL

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC - ESNL.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras do Instituto de Apoio à Criança são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica “Gastos de financiamento”, se relacionados com empréstimos ou em Outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos/transações.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo. Os custos com financiamentos obtidos para a construção de ativos fixos tangíveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5 - 50
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de transporte	3 - 7
Ferramentas e utensílios	3 - 7
Equipamento administrativo	2 - 10
Outros ativos fixos tangíveis	1 - 4

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados como outros rendimentos operacionais ou outros gastos operacionais.

3.3. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o IAC, sejam controláveis pela Entidade e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde genericamente a 3 anos, com exceção dos direitos de gestão de instalações, os quais são amortizados de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

3.4. Inventários

As mercadorias encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

3.5. Clientes/utentes e outros valores a receber

As contas de utentes e outros valores a receber não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas 'Perdas de imparidade acumuladas', para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

3.6. Ativos financeiros detidos para negociação

Os ativos financeiros detidos para negociação são reconhecidos na data em que são transferidos, substancialmente, os riscos e vantagens inerentes. São inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago, incluindo despesas de transação.

Os ativos financeiros disponíveis para venda que não têm preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não pode ser fielmente mensurado são denominados "Outros investimentos" e encontram-se mensurados pelo custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

3.7. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso em termo de balanço no passivo corrente.

3.8. Provisões

O IAC analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.9. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.10. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo, com exceção dos empréstimos diretamente ligados à construção.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Entidade tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

3.11. Locações

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação e como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido na política 3.2. acima e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

3.12. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal do IAC.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que o IAC obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. O IAC baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

3.13. Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que o IAC cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos incorridos e registados, com o desenvolvimento das atividades subsidiadas, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

4 . Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos “Ativos fixos tangíveis” nos exercícios de 2024 e de 2025 foi o seguinte:

	31 de dezembro de 2024				Saldo a 31-dez-24
	Saldo a 01-jan-24	Aquisições / Dotações	Trabalhos para a própria entidade	Abates	
Custo:					
Edifícios e outras construções	49 148	-	-	-	49 148
Equipamento básico	9 978	-	-	-	9 978
Equipamento de transporte	92 220	-	-	-	92 220
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	106 656	-	-	-7 449	99 207
Outros ativos fixos tangíveis	65 838	-	-	-	65 838
Investimentos em curso	-	-	-	-	-
	323 839	-	-	-7 449	316 390
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	-38 562	-983	-	-	-39 545
Equipamento básico	-6 053	-1 004	-	-	-7 056
Equipamento de transporte	-92 220	-	-	-	-92 220
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-96 989	-3 825	-	7 449	-93 365
Outros ativos fixos tangíveis	-30 268	-6 031	-	-	-36 299
	-264 092	-11 842	-	7 449	-268 485
Valor líquido	59 747				47 906

	31 de dezembro de 2025				Saldo a 31-dez-25
	Saldo a 01-jan-25	Aquisições / Dotações	Trabalhos para a própria entidade	Abates/Reversões	
Custo:					
Edifícios e outras construções	49 148	-	-	-	49 148
Equipamento básico	9 978	-	-	-	9 978
Equipamento de transporte	92 220	-	-	-	92 220
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	99 207	-	-	797	100 004
Outros ativos fixos tangíveis	65 838	-	-	-	65 838
Investimentos em curso	-	-	-	-	-
	316 390	-	-	797	317 187
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	-39 545	-737	-	4 778	-35 504
Equipamento básico	-7 056	-1 004	-	-	-8 060
Equipamento de transporte	-92 220	-	-	-	-92 220
Equipamento administrativo	-93 365	-3 825	-	-797	-97 986
Outros ativos fixos tangíveis	-36 299	-6 031	-	-12 190	-54 520
	-268 485	-11 596	-	-8 209	-288 290
Valor líquido	47 906				28 897

A rubrica de Ativos Fixos Tangíveis inclui essencialmente os gastos com obras realizadas em imóveis arrendados, as quais se encontram em fase de depreciação de acordo com a sua vida útil estimada ou com o prazo remanescente dos contratos de arrendamento, quando inferior. Integra igualmente os equipamentos de transporte, nomeadamente as viaturas afetas à atividade operacional da Associação, bem como o equipamento administrativo e diverso, constituído por bens utilizados no suporte administrativo e no desenvolvimento das atividades operacionais. Todos os ativos são reconhecidos e mensurados em conformidade com os critérios estabelecidos no SNC ESNL, sendo depreciados de forma sistemática ao longo das respetivas vidas úteis.

5. Ativos intangíveis

O movimento ocorrido nos “Ativos intangíveis” nos exercícios de 2024 e de 2025 foi o seguinte:

	31 de dezembro de 2025				Saldo a 31-dez-25
	Saldo a 01-jan-25	Aquisições / Dotações	Trabalhos para a própria entidade	Abates	
Custo:					
Programas de computador	8 856	-	-	-	8 856,00
	8 856	-	-	-	8 856,00
Depreciações acumuladas					
Programas de computador	-5 903	-2 953	-	-	-8 856
	-5 903	-2 953	-	-	-8 856
Valor líquido	2 953				-
	31 de dezembro de 2024				Saldo a 31-dez-24
	Saldo a 01-jan-24	Aquisições / Dotações	Trabalhos para a própria entidade	Abates	
Custo:					
Programas de computador	8 856	-	-	-	8 856
Investimentos em curso	-	-	-	-	-
	8 856	-	-	-	8 856
Depreciações acumuladas					
Programas de computador	-8 856	-	-	-	-8 856
	-8 856	-	-	-	-8 856
Valor líquido	-				-

A rubrica inclui igualmente programas informáticos, registados como ativos intangíveis, os quais se encontram totalmente amortizados à data de 31 de dezembro de 2025. Apesar de totalmente amortizados, estes ativos continuam a ser utilizados no âmbito das atividades administrativas e operacionais da Associação, mantendo se evidenciados no imobilizado, conforme previsto no SNC ESNL para ativos cujo valor contabilístico já foi integralmente depreciado, mas que permanecem em uso.

6. Investimentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Investimentos financeiros” apresentava os seguintes saldos:

	<u>31/dez/25</u>	<u>31/dez/24</u>
Fundo de Compensação de Trabalho	9 144	9 144
Obras de arte	9 297	9 297
	<u>18 441</u>	<u>18 441</u>

A rubrica inclui ainda os montantes referentes ao Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) que foram entregues pela entidade em exercícios anteriores, relativos às remunerações dos trabalhadores, e que se encontram por reembolsar à data do balanço.

7. Outras contas a receber e a pagar

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as rubricas de “Outras contas a receber” e “Outras contas a pagar” apresentam a seguinte estrutura:

	<u>31/dez/25</u>	<u>31/dez/24</u>
Outras contas a receber - Ativo		
Estágios IEFP	6 159	-
Lusitânia Seguros	-	1 100
Fundação La Caixa - Proinfância Coimbra	19 200	-
PRR	246 749	255 346
Fundo Socorro Social	27 798	27 798
Versailles (Contas a receber)	14 444	2 205
Outras contas a receber - Outros (22D+278D outros)	3 015	158
	<u>317 365</u>	<u>286 607</u>

O montante registado em balanço relativo ao PRR – Plano de Recuperação e Resiliência corresponde ao valor aprovado à entidade, mas cuja execução ainda não ocorreu até à data de referência das demonstrações financeiras. Assim, o valor em aberto permanece reconhecido como ativo a receber, refletindo a parte do financiamento que se encontra contratualmente assegurada, mas cuja utilização e correspondente recebimento apenas ocorrerão no decorrer do exercício de 2026, em conformidade com o cronograma de execução do projeto e as regras de financiamento aplicáveis.

	<u>31/dez/25</u>	<u>31/dez/24</u>
Outras contas a pagar- Passivo		
Remunerações a liquidar	262 937	383 163
Outros acréscimos de custos	7 216	2 928
Outros credores	1 052	966
	<u>271 205</u>	<u>387 057</u>

A rubrica inclui igualmente o acréscimo de férias e respetivos subsídios relativos aos trabalhadores, correspondentes aos direitos vencidos no exercício e cuja liquidação ocorrerá no período subsequente. Estes montantes são reconhecidos como gastos a imputar ao período em que os serviços dos colaboradores foram prestados, em conformidade com o princípio da especialização dos exercícios, sendo registados como passivo até ao seu pagamento. O respetivo cálculo observa o regime laboral aplicável e as disposições contabilísticas previstas no SNC ESNL para o reconhecimento de benefícios de curto prazo aos empregados.

8. Clientes e utentes

À data de 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de “Clientes” apresenta a seguinte estrutura:

	31/dez/25		31/dez/24	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Clientes				
Clientes conta corrente	-	27 583	-	5 160
	-	27 583	-	5 160
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
	-	27 583	-	5 160

A rubrica inclui os montantes de donativos para os quais foram emitidas as respetivas faturas no decurso do exercício (dez24), encontrando-se o rendimento reconhecido de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os valores foram recebidos integralmente em jan26.

9. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Diferimentos” apresenta a seguinte variação:

	31/dez/25	31/dez/24
Diferimentos - Ativo		
Seguros	8 797	16 577
Outros gastos a reconhecer	4 816	4 605
	13 612	21 182
Diferimentos - Passivo		
Comparticipação C.M.Lisboa	73 009	34 006
IEFP - Estágios Profissionais	12 832	-
Outros	140	-
	85 980	34 006

A rubrica de Diferimentos respeita a montantes pagos durante o exercício de 2025, cujo período económico a que se referem é 2026, sendo por isso reconhecidos como gastos ou proveitos a imputar a exercícios futuros. Estes valores são registados como ativos ou passivos diferidos, conforme aplicável, em conformidade com o princípio da especialização dos exercícios e com as normas de reconhecimento e mensuração previstas no SNC ESNL.

10. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Caixa e depósitos bancários” apresenta-se como se segue:

	31/dez/25	31/dez/24
Caixa	-	1 009
Depósitos à ordem	882 853	545 826
	882 853	546 834

A rubrica de Caixa e Depósitos inclui exclusivamente os saldos existentes em contas bancárias à ordem, correspondentes a meios financeiros de liquidez imediata e totalmente disponíveis para a gestão corrente da Associação. Estes montantes são mensurados pelo seu valor nominal à data do balanço.

11. Fundo Social

O IAC não dispõe de capital social estatutariamente definido, dado tratar-se de uma entidade do setor não lucrativo. Assim, o montante reconhecido como Fundo Social corresponde às entradas em espécie realizadas aquando da constituição da instituição, refletindo o valor dos bens afetos de forma permanente ao seu património. Este fundo representa, portanto, o capital inicial atribuído pelos fundadores e encontra-se evidenciado no património próprio.

12. Ajustamentos/outras variações nos Fundos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos desta rubrica respeitam a bens doados em exercícios anteriores e apresentavam-se como se segue:

	<u>31/dez/25</u>	<u>31/dez/24</u>
Edif Av da Igreja	1 806	2 032,27
Edif R António Patrício	6 816	7 571,54
Bens Doados "Obras de Arte"	9 250	9 250
	<u>17 871</u>	<u>18 854</u>

13. Financiamento bancário

No exercício de 2022 o IAC iniciou amortização do empréstimo que contraiu junto da Caixa Geral de Depósitos, financiamento utilizado para suprimir carências de tesouraria. O financiamento em causa foi celebrado ao abrigo de um protocolo governamental do Estado Português no apoio a IPSS atingidas pela Pandemia Covid 19.

14. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos desta rubrica, apresentam-se com a seguinte discriminação:

	<u>31/dez/25</u>	<u>31/dez/24</u>
Meo	-	1 119
Allianz	2 579	6 980
Camara Municipal de Lisboa	2 500	2 500
Lusitania Seguros, Sa	1 621	5 637
Ncco - Digital Solutions	-	1 683
Infocontrol - Eletrónica e Automação, S.A.	3 680	-
Outros inferiores a 1.000 euros	5 342	4 528
	<u>15 721</u>	<u>22 446</u>

A rubrica inclui os saldos a pagar a fornecedores decorrentes de bens e serviços contratados no âmbito da atividade operacional da Associação. Estes montantes correspondem a obrigações já incorridas à data do balanço, cuja liquidação ocorrerá em períodos subsequentes, sendo reconhecidos como passivos de curto prazo em conformidade com o princípio da especialização dos exercícios e com as disposições do SNC ESNL aplicáveis ao reconhecimento de dívidas a terceiros.

15. Estado e outros entes públicos

A 31 de dezembro de 2025 e 2024 a rubrica de “Estado e outros entes públicos” apresenta-se da seguinte forma:

	<u>31/dez/25</u>	<u>31/dez/24</u>
Passivo		
Imposto sobre o rendimento - IRS	12 887	11 184
Trabalho Independente	350	656
IRS - Prediais	98	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado	385	517
Contribuições para a Segurança Social	36 957	34 346
Fundo Compensação do Trabalho	-	4 572
	<u>50 677</u>	<u>51 276</u>

A rubrica de Estado e Outros Entes Públicos respeita essencialmente aos montantes relativos à retenção na fonte de IRS sobre as remunerações dos trabalhadores e às contribuições devidas à Segurança Social, correspondentes ao período de dezembro de 2025. Estas obrigações, embora reconhecidas contabilisticamente no exercício a que dizem respeito, foram liquidadas no início de janeiro de 2026, sendo, por isso, apresentadas em balanço como passivos de curto prazo.

16. Vendas e serviços prestados

As vendas e prestações de serviços nos períodos de 2025 e 2024 são as seguintes:

	<u>31/dez/25</u>			<u>31/dez/24</u>		
	<u>Mercado Interno</u>	<u>Mercado Externo</u>	<u>Total</u>	<u>Mercado Interno</u>	<u>Mercado Externo</u>	<u>Total</u>
Vendas	168	-	168	2 069	-	2 069
Prestações de serviço						
Prestações Isentas de IVA	-	-	-	77 852	-	77 852
Quotizações	4 034	-	4 034	10 013	-	10 013
Formações	1 672	-	1 672	1 187	-	1 187
Outros Serviços	903	-	903	4 226	-	4 226
	<u>6 776</u>	<u>-</u>	<u>6 776</u>	<u>95 347</u>	<u>-</u>	<u>95 347</u>

A variação verificada na rubrica “Vendas e Prestações de Serviços” entre os exercícios de 2024 e 2025 resulta essencialmente da reclassificação do montante relativo às faturas de rendas emitidas à entidade Versalhes. No exercício de 2025, estes valores passaram a ser registados na rubrica “Outros Rendimentos”, em vez de serem reconhecidos como rédito, uma vez que esta atividade não integra o core business da Associação.

17. Subsídios à exploração

Nos períodos de 2025 e 2024 a Instituição de Apoio à Criança reconheceu rendimentos decorrentes dos seguintes subsídios e apoios:

	<u>31/dez/25</u>	<u>31/dez/24</u>
Acordo Atípico - Mediação	142 964	134 015
Acordo Atípico - Revalorizar	706 598	662 364
Subs.CRSS-ISS (Stª.Casa da Misericórdia de Lisboa)	75 505	70 778
Ministério do Trabalho e da Solidariedade	169 894	166 000
Ministério da Justiça	115 307	113 051
Ministério da Saúde	174 632	170 706
Ministério da Educação	93 800	91 692
Ministério da Administração Interna	112 500	74 240
Instituto do Desporto e Juventude	40 000	40 000
I E F P - Lisboa	2 566	- €
PRR	323 176	328 391
Fundo de Socorro Social	-	170 131
C.M.L. "Luz Verde"	342 039	339 236
Bpi Solidário (Fundacion Bancária la Caixa Lisboa)	32 148	16 353
Bpi Solidário (Fundacion Bancária la Caixa Coimbra)	27 367	-
Parents Projets (Fundation Polaca)	-	1 228
Donativos de Pessoas Colectiva Sup. €500	229 795	58 900
Outros Donativos	29 682	
Consignação IRS - Min das Finanças	39 501	40 398
Donativos Provenientes de Processos Judiciais	7 900	1 900
Subsídios de outras entidades	81 589	31 044
	<u>2 746 964</u>	<u>2 510 427</u>

Nesta rubrica encontram-se reconhecidos todos os montantes de subsídios cujo critério principal de reconhecimento é o recebimento efetivo, refletindo assim a entrada de fundos ocorrida no exercício. Adicionalmente, para os subsídios ainda não recebidos, mas que cumprem os requisitos do SNC ESNL, é assegurada a existência de garantia razoável de cumprimento das condições associadas aos apoios concedidos e a correspondência entre esses subsídios e os encargos que se destinam a financiar. Deste modo, a rubrica apresenta predominantemente subsídios já recebidos, garantindo a adequada especialização dos rendimentos e o cumprimento das disposições estabelecidas na NCRF ESN.

18. Fornecimentos e serviços externos

A repartição da rubrica de “fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foi a seguinte:

	<u>31/dez/25</u>	<u>31/dez/24</u>
Serviços especializados	202 831	153 651
Materiais	52 169	36 123
Energia e fluídos	11 702	11 006
Deslocações, estadas e transportes	43 332	30 623
Serviços diversos	137 484	147 339
	<u>447 518</u>	<u>378 742</u>

A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) inclui, na sua totalidade, os gastos incorridos no âmbito da atividade desenvolvida pela Associação. A principal componente desta rubrica corresponde aos Serviços Especializados, que agregam diversos tipos de despesas essenciais ao funcionamento operacional, nomeadamente as rendas das diferentes instalações, honorários de prestadores externos e serviços profissionais, bem como custos de tipografia e outros serviços contratados a terceiros. O reconhecimento destes gastos observa o princípio da especialização dos exercícios, em conformidade com o SNC ESNL.

19. Gastos com pessoal

A rubrica dos “Gastos com pessoal”, nos períodos de 2025 e 2024 apresenta-se da seguinte forma:

	<u>31/dez/25</u>	<u>31/dez/24</u>
Remunerações do pessoal	1 661 822	1 567 592
Indemnizações	-	714
Encargos sobre remunerações	328 690	315 895
Seguros	12 078	10 951
Outros gastos com pessoal	18 328	18 460
	<u>2 020 918</u>	<u>1 913 612</u>

A rubrica de Gastos com o Pessoal inclui os vencimentos e demais remunerações devidas aos trabalhadores, bem como os correspondentes encargos sociais obrigatórios associados. À data de 31 de dezembro de 2025, a entidade contava com 77 colaboradores ativos, cujos custos se encontram integralmente reconhecidos no exercício em conformidade com o princípio da especialização dos exercícios e com as disposições do SNC ESNL aplicáveis ao reconhecimento de benefícios de curto prazo aos empregados.

20. Outros rendimentos

A rubrica “Outros rendimentos”, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foram como se segue:

	<u>31/dez/25</u>	<u>31/dez/24</u>
Renda Versailles	99 691	-
Correções favoráveis exercícios anteriores	14 777	25 958
Imputação de subsídios para investimentos	983	983
Outros não especificados	386	2 388
	<u>115 836</u>	<u>29 329</u>

A variação verificada na rubrica entre os exercícios de 2024 e 2025 resulta essencialmente da reclassificação do montante relativo às faturas de rendas emitidas à entidade Versailles.

No exercício de 2025, estes valores passaram a ser registados na rubrica “Outros Rendimentos”, em vez de serem reconhecidos como rédito, dado que esta atividade não integra o core business da Associação.

21. Outros gastos

Os “Outros gastos e perdas”, nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2025 e 2024, foram como se segue:

	<u>31/dez/25</u>	<u>31/dez/24</u>
Impostos indirectos	312	284
Taxas	677	790
Abates	12 190	-
Correções desfavoráveis de anos anteriores	5 013	4 852
Doações	7 495	-
Quotizações	1 160	1 210
Outros custos não especificados	-311	22
Custos c/ Apoios Financ.Conc.a Assoc.ou Utentes	-	251
	<u>26 536</u>	<u>7 408</u>

A rubrica de Outros Gastos inclui todos os movimentos que, pela sua natureza, não se enquadram nas restantes rubricas operacionais, bem como determinadas regularizações de saldos provenientes de exercícios anteriores. Estes ajustamentos foram efetuados no sentido de assegurar a adequada representação das posições contabilísticas, sendo os respetivos valores imateriais face à sua dimensão relativa e sem impacto material na demonstração dos resultados do exercício. O reconhecimento destes montantes segue os princípios de especialização e materialidade previstos no SNC-ESNL.

22. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

Nos exercícios de 2025 e 2024, a rubrica “Gastos / reversões de depreciação e de amortização”, apresentaram-se como se segue:

	<u>31/dez/25</u>			<u>31/dez/24</u>		
	<u>Gastos</u>	<u>Reversões</u>	<u>Total</u>	<u>Gastos</u>	<u>Reversões</u>	<u>Total</u>
Ativos fixos tangíveis	11 596		11 596	11 842	-	11 842
Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
	<u>11 596</u>	<u>-</u>	<u>11 596</u>	<u>11 842</u>	<u>-</u>	<u>11 842</u>

As depreciações do exercício foram, essencialmente, apuradas sobre o montante de melhorias/obras realizadas em imóveis arrendados, sendo estas mensuradas e amortizadas ao longo da vida útil estimada dos bens, ou, caso seja inferior, pelo prazo remanescente do contrato de arrendamento, conforme previsto no SNC ESNL e nas políticas contabilísticas aplicáveis a ativos fixos tangíveis. O cálculo das depreciações reflete a afetação económica dos bens à atividade da Associação durante o período, assegurando o cumprimento do princípio da especialização dos exercícios.

23. Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

Como consequência da conjuntura socioeconómica europeia e norte americana, aliado ao aumento generalizado da taxa de inflação e das taxas de juros, a economia revela atualmente um enorme estado de incerteza, cuja duração e consequências são ainda imprevisíveis. Com os elementos disponíveis, consideramos que estão criadas as condições operacionais para a manutenção da atividade da Entidade, estando assegurados os compromissos financeiros assumidos.

24. Informações exigidas por diplomas legais

A Direção informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora e que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Lisboa, 13 de março de 2026

A Contabilidade

A Direção

Manuel Ataíde Coutinho

Presidente da Direção

Matilde Sirgado

Vice-Presidente

Vasco Alves

Secretário-Geral

Nuno Domingues

Tesoureiro

Fernanda Salvaterra

Vogal

ATAS

Ata do Conselho Fiscal

9

Empresa : Instituto de Apoio à Criança
 Sede : Avenida da República, Nº21 - 1050-185 Lisboa
 No Cont.: 501 377 662
 Matr.Cons.Reg.Comercial de : de Lisboa

ACTAS

Ata N.º 69

Aos dezassete dias do mês de março de dois mil e vinte e seis, às catorze horas, reuniu-se, nas instalações do Instituto de Apoio à Criança, o Conselho Fiscal, constituído por Leonor Pestana de Bragança, Paula Cristina Correia Duarte e Mara Lisa Marques Chora, para analisar e dar parecer sobre o Relatório de Atividades e Contas do exercício de dois mil e vinte e cinco.

O exercício foi apresentado por Nelma Sofia Castro Alves, Contabilista Certificada do Instituto de Apoio à Criança, que esclareceu a situação financeira do Instituto.

Observou-se, em dois mil e vinte e cinco, face ao ano anterior, um aumento no total do ativo e dos fundos patrimoniais.

Para o ano em análise, verificou-se uma diminuição significativa no valor das vendas e serviços prestados, devido à reclassificação do montante relativo às faturas de renda emitidas à entidade Versailles, que passou a constar na rubrica "Outros rendimentos".

Também ocorreu um aumento dos subsídios à exploração, destacando-se as candidaturas a novos projetos, a atualização de acordos e protocolos e os donativos, em comparação com o ano anterior.

Os gastos com pessoal continuam a ser um encargo significativo, constatando-se um aumento devido às atualizações em função da inflação e da progressão na carreira dos trabalhadores.

Destaca-se, ainda, o cumprimento da amortização do empréstimo que o Instituto de Apoio à Criança iniciou em dois mil e vinte e dois.

Acrescenta-se que o resultado da auditoria externa às contas de dois mil e vinte e cinco, as Demonstrações Financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais.

Face ao exposto, o Conselho Fiscal é de parecer que seja aprovado por unanimidade o Relatório de Atividades e Contas do exercício de dois mil e vinte e cinco.

Não havendo outros assuntos a tratar, foi a sessão encerrada pelas dezasseis horas e quarenta e cinco minutos, de que foi lavrada a presente ata que vai ser assinada pelo Conselho Fiscal.

A Presidente
 Associada n.º 784

Assinado por: **Leonor Pestana de Bragança**
 Num. de Identificação: 11325975
 Data: 2026.03.19 21:45:13 +0000



A Secretária
 Associada n.º 589

Assinado por: **Paula Cristina Correia Duarte**
 Num. de Identificação: 06883367
 Data: 2026.03.20 09:28:25 +0000

A Relatora
 Associada n.º 778

Assinado por: **Mara Lisa Marques Chora**
 Num. de Identificação: 14422191



Ata da Assembleia Geral

Empresa : Instituto de Apoio à Criança
 Sede : Avenida da República, nº14 - 1050-185 Lisboa
 No Cont.: 501 377 662
 Matr.Cons.Reg.Comercial de : Lisboa, nº162/19931014



15

A C T A S

ATA Nº. 100

Às dezasseis horas de vinte de março de dois mil e vinte e seis realizou-se na sede do Instituto de Apoio à Criança (IAC), na Avenida da República, n.º 21, em Lisboa, a Assembleia Geral Ordinária de Associados, a qual foi devidamente convocada pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Procuradora Dulce Rocha, através da circular número quatro, de dezanove de fevereiro de dois mil e vinte e seis, enviada a todos os sócios por via postal, nos termos do disposto no artigo vigésimo, n.º 1, alínea c) dos Estatutos.

Não tendo havido quórum à hora marcada, quinze horas e trinta minutos, a Assembleia Geral iniciou-se às dezasseis horas, com a presença de vinte e dois associados presencialmente, e cinco on-line.

A Assembleia Geral foi presidida pela Senhora Presidente da Mesa, Dra. Dulce Rocha, associada n.º 694, pela Vice-Presidente, Dr.ª Mara Clara Castilho, associada n.º 393, e pela associada n.º 755 Doutora Luísa Lobão Moniz, cooptada entre os membros da assembleia, em substituição do Professor João Couvaneiro que justificou a sua ausência, por se encontrar em trabalho fora de Lisboa.

Passou-se à leitura da Ata número noventa e nove, relativa à da Assembleia Geral, correspondente à reunião realizada no dia vinte e sete de novembro de dois mil e vinte e cinco, a qual foi aprovada por unanimidade pelos presentes que na assembleia tinham participado.

Tendo sido realçado pela Presidente da Mesa da Assembleia que esta Assembleia obedece a todos os requisitos impostos pela Lei, passou-se à leitura da convocatória da reunião com a seguinte ordem de trabalhos:

- Discussão e aprovação do Relatório de Atividades e Contas do ano de 2025;
- Outros assuntos.

A Presidente da Mesa declarou-se orgulhosa do Relatório de Atividades proposto, espelhando tantos projetos em curso.

Tendo sido dada a palavra à Direção, o seu Presidente, Dr. Manuel Coutinho agradeceu a participação de todos os que colaboraram na elaboração deste Relatório de Atividades, em especial à Dr.ª Anabela Reis. A entrega mais tardia do que o pretendido deve-se ao trabalho em muitas frentes que os técnicos têm estado a levar a cabo. Responde-se a mais frentes de intervenção, mas os elementos são os mesmos, implicando novas formas de organização e de articulação. Por isso a Direção, que não tem capacidade para compensar monetariamente os funcionários do IAC, tem tentado, por outro lado, compensar os mesmos técnicos, que tanto se esforçam, com medidas que favoreçam a conciliação do trabalho com a vida familiar.

A Vice-Presidente, Doutora Matilde Sirgado apresentou o Relatório de Atividades, realçando que o Instituto de Apoio à Criança teve, ao longo de 2025, a sua intervenção estruturada em cinco eixos estratégicos — Prevenção, Intervenção, Participação, Conhecimento e Cooperação — que refletem as áreas prioritárias de atuação e organizam o presente relatório.

Num contexto ainda marcado por desafios sociais persistentes, o IAC reforçou a sua ação na resposta a situações de risco, apostando simultaneamente em estratégias de prevenção, apoio especializado e capacitação dirigidas a crianças, jovens, famílias, profissionais e comunidade. Esta abordagem integrada traduz o compromisso de atuar de forma antecipatória, promovendo contextos protetores e respostas ajustadas às necessidades emergentes.

Sob o lema do triénio estratégico 2025-2027, “Cuidar e Proteger: Prevenção da Violência sobre as Crianças”, o Instituto reafirma a convicção de que proteger implica agir antes do dano, fortalecer vínculos seguros e apoiar práticas educativas positivas.

Ao longo do ano, a prevenção consolidou-se como um eixo central, através de ações de sensibilização, capacitação e intervenção em meio escolar e comunitário. A intervenção direta

Empresa : Instituto de Apoio à Criança
Sede : Avenida da República, nº14 - 1050-185 Lisboa
No Cont.: 501 377 662
Matr.Cons.Reg.Comercial de : Lisboa, nº162/19931014



16

A C T A S

continuou a garantir respostas especializadas e integradas, com destaque para o acompanhamento em contextos de vulnerabilidade, saúde mental e meio educativo. Paralelamente, foi reforçada a participação ativa de crianças e jovens, reconhecendo-os como protagonistas, e investiu-se na produção e disseminação de conhecimento, promovendo uma sociedade mais informada e consciente.

A cooperação institucional manteve-se como um pilar essencial, permitindo ampliar o impacto das respostas através de parcerias estratégicas e trabalho em rede.

Sobre o Relatório pronunciaram-se também:

- A Dr^a Anabela Reis que agradeceu o elogio ao Relatório, acrescentando que deveria ser alargado à Dr^a Mara Chora.

- A Dr^a Ana Carichas que se congratulou por ver o trabalho da Escola de Segunda Oportunidade tão bem espelhado, informando que o futuro deste projeto se encontra bem encaminhado, aguardando-se uma decisão final na Câmara Municipal de Lisboa.

- A Dr^a Paula Duarte, responsável pelo Núcleo de Coimbra, agradeceu todo o apoio prestado pela Direção. Conseguiu-se alargar as instalações da sede e há perspectivas de mais apoio por parte dos órgãos locais, correspondendo ao reconhecimento do esforço dos técnicos do IAC em darem resposta às recentes situações de crise que a população está a viver.

- A Dr^a Cátia Magalhães, associada que esteve a acompanhar a reorganização das Equipas do Instituto, afirmou congratular-se com todo o desenvolvimento efetuado, chamando a atenção para que ainda há necessidade de passar a palavra sobre as nossas atividades.

Ao passar-se para a apresentação do Relatório de Contas do ano dois mil e vinte e cinco, o Tesoureiro da Direção, Dr. Nuno Domingues, realçou os resultados assinaláveis das contas. Referiu algumas medidas que se tomarem que contribuíram para a redução de custos, como a entrega dos espaços até agora arrendados pelo IAC, a saber as instalações de Almirante Reis e de Campo de Ourique e a não aceitação de todos os estágios profissionais de psicologia, e, por outro lado, a procura pela Direção de aumentar as receitas, tendo dado o exemplo do Polo de Coimbra, que tem solicitado mais apoios financeiros para novos projetos; e ainda através da renegociação dos atuais protocolos ministeriais, como é disso exemplo o protocolo com o MAI. Sublinhou ainda a importância da auditoria às contas dos IAC, que a Direção solicitou pela primeira vez, e cujo parecer foi positivo.

A Dr^a Nelma Alves, responsável pela Contabilidade, frisou que as contas melhoraram, os resultados suportados também, verificando-se melhorias positivas nas verbas do “ativo”. Isto corresponde a uma maior capacidade de respostas aos desafios, mas requerendo um cuidado permanente de avaliação da sustentabilidade financeira a fim de se poder cumprir a missão social do Instituto.

De seguida foi lida a ata do Conselho Fiscal que aprovava o Relatório de Atividades e Orçamento do ano de dois mil e vinte e cinco.

A Presidente da Mesa Dr.^a Dulce Rocha submeteu, de seguida, em conjunto à votação o Relatório de Atividades e Orçamento do ano de dois mil e vinte e cinco, tendo os mesmos documentos sido aprovados por unanimidade.

O Professor António Gentil Martins propôs um voto de louvor por todo o trabalho espelhado no Relatório de Atividades, o qual foi aprovado por unanimidade.

No Ponto “Outros assuntos”, o Professor António Gentil Martins solicitou que a Assembleia se pronunciasse sobre as intervenções que considera necessárias quando um recém-nascido nasce com más formações genitais, que, na sua opinião, deverão ser corrigidas precocemente, após estudo médico do problema, sem se esperar pela adolescência. Foi contraposto por vários associados presentes que não se consideravam com conhecimentos suficientes para se poderem pronunciar. Assim, a Procuradora Dulce Rocha Presidente da Mesa

Empresa : Instituto de Apoio à Criança
 Sede : Avenida da República, nº14 - 1050-185 Lisboa
 No Cont.: 501 377 662
 Matr.Cons.Reg.Comercial de : Lisboa, nº162/19931014



17

 ACTAS

da Assembleia Geral propôs que fossem ouvidos os especialistas do Conselho Consultivo para ajudarem a perceber melhor a situação.

Apresentadas as suas propostas, foi aceite a segunda, com um voto contra do Professor Gentil Martins.

O Tesoureiro da Direção, Dr. Nuno Domingues, cumprindo o prometido na última Assembleia Geral, trouxe uma proposta da Direção no que se refere à quantia de cotas dos associados. Assim, em vez da quantia de 5 euros mensais, propõe-se a cota mínima de 3 euros, podendo os associados pagar a quantia que desejem, acima do valor mínimo. A proposta foi aceite por unanimidade, ficando, no entanto, ainda por estudar os critérios em que se poderá fazer uma campanha de angariação de associados.

A Dr^a Isabel Duarte compartilhou com todos um encontro que teve com um jovem que acompanhou, há trinta anos, no âmbito das atividades do Projeto Rua e que se encontra muito bem na sua vida pessoal e profissional. Contou que nos piores momentos se lembrara sempre dos ensinamentos que tivera. Esperamos a sua visita pessoal para que o seu testemunho possa servir para incentivar outros jovens.

Cumprindo os requisitos legais e não havendo nada mais a tratar, a Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão pelas dezoito horas.

A Presidente da Mesa
 Associada nº 694

Maria Dulce Roque

A Vice- Presidente d Mesa
 Associado nº 393

Maria Clara Cabral Castilho

Associada nº 755

Luísa João Tomás

**NEM TODAS AS CRIANÇAS
TÊM AS MESMAS OPORTUNIDADES!**

Com o seu donativo pode ajudar-nos a transformar vidas.



APOIAR O IAC

Transferência bancária

IBAN PT50 0035 0127 0005880 6630 88

MB WAY 924 124 912

NIF 501 377 662